

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
***CAMPUS CHAPECÓ***  
**CURSO DE HISTÓRIA**

**DAVI KERN**

**PODERES QUE PERMANECEM: O CASO MARCELINO CHIARELLO, A  
CORRUPÇÃO E A VIOLÊNCIA COMO PRÁTICAS NEOCORONELISTAS EM  
CHAPECÓ (SC)**

**CHAPECÓ**  
**2023**

**DAVI KERN**

**PODERES QUE PERMANECEM: O CASO MARCELINO CHIARELLO, A  
CORRUPÇÃO E A VIOLÊNCIA COMO PRÁTICAS NEOCORONELISTAS EM  
CHAPECÓ (SC)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de historiador.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Monica Hass

**CHAPECÓ**

**2023**

## **Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Kern, Davi

PODERES QUE PERMANECEM: O CASO MARCELINO CHIARELLO,  
A CORRUPÇÃO E A VIOLÊNCIA COMO PRÁTICAS NEOCORONELISTAS  
EM CHAPECÓ (SC) / Davi Kern. -- 2023.

59 f.

Orientadora: Doutora Monica Hass

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2023.

1. Neocoronelismo. 2. Corrupção. 3. Violência. 4.  
Caso Chiarello. I. Hass, Monica, orient. II.  
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.


**DAVI KERN**

**PODERES QUE PERMANECEM: O CASO MARCELINO CHIARELLO, A  
CORRUPÇÃO E A VIOLÊNCIA COMO PRÁTICAS NEOCORONELISTAS EM  
CHAPECÓ (SC)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de historiador.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 14/07/2023

**BANCA EXAMINADORA**



---

**Prof.ª. Dr.ª. Monica Hass - UFFS**  
**Orientadora**

Documento assinado digitalmente



JOSE CARLOS RADIN  
Data: 19/07/2023 09:26:10-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dr. José Carlos Radin - UFFS**  
**Avaliador**



---

**Prof. Dr. Claiton Marcio da Silva - UFFS**  
**Avaliador**

## AGRADECIMENTOS

Neste trabalho de conclusão não poderia deixar de agradecer, primeiramente, às pessoas que estiveram ao meu lado desde o início: obrigado Matheus e dona Flor, por sempre me apoiarem. Também presto meus agradecimentos à professora Valdete Boni, que, juntamente com Matheus, me apoiaram nos momentos em que, não fossem eles, eu estaria completamente sozinho. Certamente, foi uma jornada em que muitas adversidades se colocaram. Por vezes pensei que seria melhor desistir e ceder às pressões externas. Afinal, chegando ao final do curso, eu nem sabia ao certo o que queria pesquisar para o TCC. Mas, em meio às turbulências da vida, uma tarde de domingo agradável em meio a amigos que a universidade me deu, proporcionou um primeiro contato com a temática que você, leitor, encontrará nas próximas páginas. De imediato me interessei, e pareceu que realmente fazia sentido me desafiar para saber mais, para levar o curso até o final. Eu tinha achado uma direção por onde seguir. Por isso, agradeço às adversidades e aventuras da vida, porque nos ensinam a lidar com nós mesmos e com o mundo ao nosso redor.

Além disso, agradeço à minha orientadora, Monica Hass, que sempre me acolheu como um filho. Também agradeço à banca examinadora, seus apontamentos e considerações contribuíram imensamente para o amadurecimento deste trabalho. Meus agradecimentos vão para o curso de História e para a Universidade Federal da Fronteira Sul, por proporcionarem uma graduação para um filho de pequenos agricultores de uma cidade rural, algo quase impossível até bem pouco tempo atrás.

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso trata das narrativas acerca das denúncias de corrupção contra o governo municipal feitas pelo vereador Marcelino Chiarello, do Partido dos Trabalhadores (PT), durante seus dois mandatos na Câmara Municipal de Chapecó, de 2005 a 2011. Chiarello foi encontrado morto em sua casa, aparentemente enforcado, no dia 28 de novembro de 2011. Assim, o objetivo deste trabalho é investigar as potenciais relações entre a morte do vereador e as denúncias que ele fazia. Parte-se do pressuposto de que a corrupção é um dos instrumentos dos quais as elites econômicas e políticas locais se utilizam para permanecerem no poder, admitindo continuidades remanescentes do sistema coronelista tradicional, que, transformado e adaptado ao longo do tempo, tornou-se neocoronelista, inserido que está em um sistema clientelístico nacional. Assim, a leitura deste trabalho, baseado no arcabouço teórico e narrativo acerca do caso que se constitui em fonte, se dá em torno da morte de Marcelino Chiarello enquanto resposta ao questionamento que fez aos estamentos de poder locais.

**Palavras-chave:** neocoronelismo; corrupção; violência; patrimonialismo; Marcelino Chiarello.

## ABSTRACT

This course completion paper deals with the narratives about the allegations of corruption against the municipal government made by Councilman Marcelino Chiarello, from the Workers' Party (PT), during his two terms in the City Council of Chapecó, from 2005 to 2011. Chiarello was found dead in his home, apparently hanged, on November 28, 2011. Thus, the aim of this paper is to investigate the potential relations between the councilman's death and the denunciations he made. It is assumed that corruption is one of the instruments that the local economic and political elites use to remain in power, admitting remaining continuities of the traditional coronelistic system, which, transformed and adapted over time, has become neocoronelista, inserted that is in a national clientelistic system. Thus, the reading of this work, based on the theoretical and narrative framework about the case that constitutes itself as a source, is around the death of Marcelino Chiarello as a response to the questioning that he made to the local power stratum.

**Keywords:** neocoronelismo; corruption; violence; patrimonialism; Marcelino Chiarello.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALESC	Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
BADESC	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
DEM	Democratas
IGP-SC	Instituto Geral de Perícias de Santa Catarina
MPSC	Ministério Público de Santa Catarina
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OP	Orçamento Participativo
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PFL	Partido da Frente Liberal
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SINTE-SC	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina
SITRACARNES	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados de Chapecó
TCE-SC	Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
TRE-SC	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
UDN	União Democrática Nacional
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UNOCHAPECÓ	Universidade Comunitária da Região de Chapecó
UNOESC	Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).
USP	Universidade de São Paulo



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS: DO CORONELISMO AO NEOCORONELISMO.....</b>	<b>16</b>
2.1 CORONELISMO, CLIENTELISMO, MANDONISMO E PATRIMONIALISMO: AS RELAÇÕES DE PODER E ALGUNS SIGNIFICADOS.....	16
2.2 SOBRE O NEOCORONELISMO.....	19
2.3 OESTE CATARINENSE: CONTEXTO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL E POLÍTICA.....	22
2.4 O CORONELISMO EM CENA.....	24
2.5 O NOVO CORONEL E A CORRUPÇÃO.....	27
<b>3. MARCELINO CHIARELLO: UMA VEREANÇA MARCADA POR DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO.....</b>	<b>33</b>
3.1 UMA VIDA MARCADA POR LUTAS.....	33
3.2 O DIA DA MORTE: ELEMENTOS CONTEXTUAIS E O PROCESSO INVESTIGATIVO.....	36
3.3 AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL.....	37
3.4 AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO E A VIOLÊNCIA À LUZ DAS TEORIAS....	45
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>5. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>54</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O dia 28 de novembro de 2011 ficou incrustado na memória de muitas pessoas da cidade de Chapecó em virtude da morte do vereador Marcelino Chiarello, do Partido dos Trabalhadores (PT) do município, encontrado enforcado em sua casa. Mas, extrapolando a esfera pública, os outros lados de Chiarello tornam-se evidentes. Antes de ser vereador, Marcelino era esposo, pai, colega de trabalho e amigo de várias pessoas que sentiram imensamente sua morte.

Ativista pela vida, militante dos movimentos sociais do oeste catarinense, professor de Filosofia e História, Marcelino forjou-se na luta que teve como mote as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), atreladas intimamente à Teologia da Libertação, difundida pela Igreja Popular.

Este era um segmento progressista da Igreja Católica caracterizado, principalmente, pelas pastorais, que se colocavam a serviço dos excluídos e marginalizados, no campo e na cidade. Enquanto membro do braço popular da Igreja Católica, Marcelino teve, ao longo de sua vida, Dom José Gomes como inspiração, bispo da Diocese de Chapecó que foi importante propagador das CEBs.

Na sua caminhada na vida pública, Marcelino tornou-se vereador pelo PT em Chapecó (SC) no ano de 2004. Como era de seu feitio, fazia cobranças e denunciava questões que se relacionavam às injustiças sociais. As denúncias de corrupção envolvendo empresas privadas do município colocavam em evidência direta as gestões do prefeito João Rodrigues (2005 a 2010) e de José Claudio Caramori, vice-prefeito que assumiu a chefia do Executivo de 2010 a 2013 e passaram a fazer cada vez mais parte de sua vida política. Marcelino se envolveu tão profundamente, que passou a temer pela sua segurança e daqueles que o rodeavam. A tragédia sucedeu: o vereador foi encontrado morto, enforcado em sua casa, por volta do meio-dia do dia 28 de novembro de 2011.

Neste sentido, a morte do vereador será exposta à luz da teorização acerca de permanências do sistema coronelista, rearticulado nas práticas neocoronelistas, que têm, por sua vez, na corrupção um dos principais instrumentos de manutenção. As teorias abordadas neste trabalho serão confrontadas com as narrativas sobre os fatos ocorridos, a saber, um conjunto de denúncias que pretendia dismantelar supostas redes de corrupção. O confronto com o poder público decorrente dessas denúncias teria levado Marcelino Chiarello à morte no dia 28 de novembro de 2011. O neocoronelismo engloba e busca pensar os rearranjos institucionais, políticos e sociais que se engrenam para manter determinados grupos políticos

e econômicos historicamente colocados no poder.

Assim, se faz necessário um aporte acerca do que se entende por neocoronelismo e corrupção. Nesse sentido, a base teórica aqui apresentada leva em consideração o neocoronelismo como uma ressignificação do coronelismo, este último um sistema de manifestação clientelística e mandonista ancorado em uma rede de dependência que vai do município ao governo federal, estando localizado em um recorte temporal que vai até 1930, quando inicia seu decaimento. O neocoronelismo baseia-se na ideia de permanência do coronel, a despeito da inexistência da estrutura de outrora, o que, por sua vez, não invalida o poder político e econômico que essas pessoas ainda detêm.

Procura-se estabelecer essa ponte entre os dois conceitos a partir das contribuições de autores como Victor Nunes Leal, que pensa o conceito de coronelismo, e de José Murilo de Carvalho, que contribui na elucidação de conceitos semelhantes, como *nepotismo*, *clientelismo*, *mandonismo*, entre outros. Além disso, Carvalho oferece a base teórica necessária para que se pense a permanência dos novos coronéis. Autores como Raymundo Faoro, Maria de Lourdes Janotti, Maria Sylvia Carvalho Franco e Boris Fausto contribuem na construção de uma teoria neocoronelista no que tange aos aspectos mais amplos e generalizáveis da temática. Por outro lado, no campo local do oeste catarinense, e de Chapecó, especificamente, autores como Monica Hass e Claiton Márcio da Silva contribuem para a construção e alargamento do arcabouço teórico coronelista e neocoronelista.

Tanto o coronelismo como o neocoronelismo detêm um arsenal de instrumentos à sua disposição para que os objetivos daqueles que mandam se concretizem, quais sejam, a manutenção de seu poder. Dentre as principais práticas pode-se citar a manipulação dos meios de comunicação, a violência física e psicológica, a coerção, o clientelismo e a corrupção. Este trabalho dará enfoque a esta última prática citada.

Alguns autores apresentam diferentes concepções sobre o conceito de corrupção. Miranda (2018) expõe uma revisão sobre as transformações que ocorreram em torno do conceito ao longo do tempo. De forma geral, autores como V. O. Key caracterizam corrupção como a ação de tirar proveito do domínio público, enquanto autores como Arnold Heidenheimer e Kenneth Gibbons tratam de tipificar ou agrupar categorias de ações corruptas dentro do conceito de corrupção (*ibid.*).

Miranda (*ibid.*) enfatiza que ocorre uma divisão básica em termos de conceituação, em que, por um lado, a definição de corrupção caminha pelo enriquecimento ilícito de caráter privado. Por outro lado, o mesmo autor ressalta o viés da motivação política da corrupção. Assim, há concepções, notadamente as de Samuel Huntington, Eugenio Raul

Zaffaroni e Flávia Schilling, que convergem para a homonimidade, o fato de um conceito significar diferentes coisas. Em comum, essas concepções caracterizam a corrupção como um sistema de trocas.

Ainda, a definição de corrupção trazida por Norberto Bobbio, Nicola Mateucci e Gianfranco Pasquino evidenciam a sinonimidade, o fato de a significação envolver diversos termos que a conceituam (*ibid.*). Esses autores incluem elementos como o nepotismo e o peculato na seara da corrupção, o que não envolve uma troca necessariamente. Neste trabalho, adota-se a perspectiva de Miranda (2018), que baseado em Schilling (1997), vê “[...] a corrupção estruturalmente como uma troca.” (*ibid.*, p. 245).

A prática corrupta constitui, como já ressaltado, importante meio para que o mandonismo surta efeito. Trata-se, portanto, das trocas que se fazem historicamente utilizando-se o peso da máquina pública em virtude de um possível benefício privado, econômico ou político, pessoal ou coletivo (*ibid.*).

Esse sistema se aperfeiçoa e se ressignifica ao longo do tempo, incorporando e adaptando os novos elementos na tentativa de conservar o poder nas mãos daqueles que sempre o detiveram. Trata-se de uma prática que tem se consolidado a partir de uma identificação do funcionário público com o patrimônio arrecadado pelo Estado, em que este último passa a ser confundido como propriedade do funcionário que o administra (FRANCO, 1997).

Finalmente, a pergunta que se coloca é: qual a relação entre a morte de Chiarello e os arranjos de poder local e regional, considerando que as ações do vereador - bem como sua trajetória de vida - refletem claro questionamento aos estamentos de poder na cidade de Chapecó?

Justifica-se a presente pesquisa pela necessidade de analisar o fato ocorrido com Marcelino Chiarello como manifestação de estruturas políticas historicamente colocadas. Por mais que já exista material mobilizado em questão de investigação do fato em si – como matérias jornalísticas e livros acerca do ocorrido, noticiamento e análise dos fatos –, esta pesquisa se justifica por analisar a morte de Chiarello a partir da base teórica que pensa o coronelismo e o neocoronelismo, e, nesta seara, a corrupção como uma das práticas políticas do coronelismo e neocoronelismo.

Assim, esta pesquisa buscará dar conta da morte do vereador como manifestação de um desequilíbrio no poder político consolidado, questionamento que resultou em sua morte. Acima de tudo, acredita-se que se trata de um fato interligado, não isolado, o que afirma a permanência das estruturas de poder de mais de meio século atrás, porém, rearranjadas.

Desta forma, o objetivo geral deste trabalho se constitui em analisar, a partir das narrativas acerca da morte de Marcelino Chiarello, as denúncias de corrupção na gestão pública municipal feitas pelo vereador durante sua vereança, buscando investigar a relação entre corrupção e violência nas práticas políticas dos grupos dominantes na cidade de Chapecó, cristalizados na ideia de continuidade entre coronelismo e neocoronelismo.

Por sua vez, os objetivos específicos se desdobram em explorar a bibliografia acerca das teorias coronelistas, neocoronelistas e que tratam da corrupção a partir do aporte sociológico e histórico, para que, desta forma, se caracterize o novo coronel e as suas práticas políticas; analisar histórica e sociologicamente as relações de poder que perpassam o cenário chapecoense; situar a morte de Marcelino Chiarello no contexto das relações de poder e dos rearranjos institucionais pelos quais essas relações passam para que aqueles que detêm o poder político e econômico – os novos coronéis – atinjam seus objetivos; e apurar, mesmo que inicialmente, a bibliografia acerca das práticas de corrupção e violência.

Metodologicamente, a pesquisa caminha pelo campo da micro-história, uma vez que

[...] a partir de um recorte do objeto em uma dimensão micro, [tal concepção historiográfica] procura promover um exame intensivo dos processos nos quais ele se insere. O método permite ao pesquisador construir, a partir de um “outro” ponto de observação, uma trama narrativa diferenciada. Ele cria condições para que, a partir de um nível empírico do próprio universo de análise, seja realizado um processo de generalização analítico teórico que permite reflexões sobre uma problemática mais ampla que o próprio objeto (BONATO, 2011, p. 1-2).

De acordo com Davis (1991)

A vantagem da micro-história é a mesma da microbiologia: o historiador pode “ver” e cutucar com sua caneta as pequenas interações e estruturas muitas vezes invisíveis, e descobrir como elas funcionam. Uma rica fonte de dados oferece a oportunidade de construir uma dinâmica de experiência, na qual tanto o constante quanto o novo deixarão sua marca (DAVIS, 1991, p. 179, tradução nossa).

A micro-história apresenta-se como caminho teórico-metodológico que não se resume a contar histórias banais ou sem relevância para o campo historiográfico. A riqueza narrativa potencialmente presente na investigação de trajetórias de vida ditas comuns ou anônimas tende a contribuir para o desenvolvimento de diferentes perspectivas.

Assentando-se na investigação de Carlo Ginzburg, em que “[...] não se pode ignorar o contexto cultural e considerar apenas a experiência individual [...] (LEANDRO; PASSOS, 2021, p. 7)”, tem-se em *O queijo e os vermes* (GINZBURG, 1976) o mais citado dos exemplos da contribuição que a micro-história é capaz de fornecer.

Nesse sentido, a pesquisa conta com o aporte do método hipotético-dedutivo, uma vez

que tal abordagem “[...] se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 106).”

Quanto aos métodos que se situam em um nível mais concreto – levando-se em consideração a distinção empregada por Marconi e Lakatos (2009) entre método de abordagem e métodos de procedimento, com o primeiro localizado em um nível mais abstrato em relação ao segundo – o Método Histórico apresenta contribuições significativas, já que

[...] colocando-se os fenômenos, como, por exemplo, as instituições, no ambiente social em que nasceram, entre as suas condições "concomitantes", torna-se mais fácil a sua análise e compreensão, no que diz respeito à gênese e ao desenvolvimento, assim como às sucessivas alterações, permitindo a comparação de sociedades diferentes: o método histórico preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 107).

Em relação às técnicas de pesquisa utilizadas, pode-se citar a coleta de dados baseadas na documentação indireta, “[...] abrangendo a pesquisa documental e bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 224).” A investigação deste trabalho rastreia as contribuições oferecidas pelas fontes narrativas que tratam do caso, buscando filtrar elementos que apontem para o alcance dos objetivos propostos.

Uma das obras que se coloca como fonte para a presente pesquisa e que trata da morte de Marcelino Chiarello é o livro escrito por Pedro Uczai, professor e deputado federal pelo PT. O livro se intitula *Uma grande causa vale a vida*, e foi publicado em 2018. Nele, o autor discute diversos aspectos da morte de Chiarello, endossando a tese de homicídio e trazendo, por outro lado, uma série de argumentos que enfraquecem a ideia de suicídio, amplamente levantada e defendida pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). Para corroborar sua tese, o autor utiliza como amparo o processo-crime e o inquérito policial, além dos laudos acerca da morte de Marcelino.

Acima de tudo, o fio que conduz a narrativa de Uczai se pauta pela mudança da tese de homicídio para suicídio com base em provas inconsistentes. Além disso, a tese de homicídio, amplamente aceita desde o princípio e endossada pela polícia, perde força repentinamente à medida em que ganha destaque a tese de suicídio, amparada, por sua vez, em uma série de argumentos controversos. Soma-se a isso, ainda, o arquivamento repentino do caso pelo juiz responsável e que desconsiderou os encaminhamentos do Ministério Público.

O autor também aborda aspectos acerca da vida de Chiarello enquanto figura pública

no âmbito político, cultural, social e religioso, além de discutir elementos para a federalização do caso. A obra traz, nesse sentido, os laudos cadavéricos de Marcelino na íntegra ao final do livro, permitindo a visualização efetiva dos pontos levantados pelo autor durante a narrativa, em que argumenta, partindo de detalhes na análise dos laudos que corroboram, segundo ele, a tese de homicídio. O livro também traz importantes considerações acerca das denúncias de corrupção feitas por Marcelino contra a gestão municipal de João Rodrigues e José Caramori, detalhando como os casos mais notáveis publicamente denunciados por Chiarello se estruturavam. A partir dessa conclusão, colocam-se os questionamentos acerca dos esforços empreendidos na tentativa de fazer vigorar a ideia de suicídio em detrimento de homicídio.

Outra obra que trata da morte do vereador é *Quem matou Marcelino?*, do repórter investigativo Daniel Giovanaz (2016). Na obra, que possui um caráter jornalístico investigativo, o autor busca, através de caminhos outros que os das notícias e narrativas oficiais, interpretar a morte do vereador a partir das denúncias de corrupção que marcaram sua vereança. Através do cruzamento e análise de entrevistas e da escuta de pessoas próximas a Marcelino, como sua viúva, Giovanaz elabora elementos que embasam a tese de homicídio.

Ele aponta para a presença de elementos que indicam a presença de estruturas, locais e regionais, que se engrenaram para que a tese de suicídio fosse corroborada. Esse aspecto se faz presente na fala do deputado federal Pedro Uczai, entrevistado por Giovanaz, em que o político, ao ressaltar a importância da federalização do caso, diz que “ ‘O IGP [Instituto Geral de Perícias], na nossa visão, passou a ser um instituto de governo, e um governo que tem relação com a Prefeitura local, ambos comandados pelo PSD’ (GIOVANAZ, 2016, p. 91).”

A dissertação de mestrado de César Capitanio, intitulada *Marcelino Chiarello: reflexões de uma trajetória de vida e significados de uma morte trágica*, de 2020, discute aspectos levantados pela obra de Uczai, citada acima, relacionando-a aos aspectos abordados por Hass (2013), esta que analisa paralelos e permanências da estrutura de poder que linchou os quatro presos na década de 1950 e os acontecimentos envolvendo a morte de Marcelino Chiarello.

A obra, nesse sentido, contribui na construção de um quadro analítico acerca do mandonismo local e dos instrumentos dos quais dispõe para chegar às vias de fato dos seus objetivos, o que inclui suas práticas tanto em sentido geral, como no caso específico da morte de Marcelino. Além disso, Capitanio contribui para a visualização comparativa e

didática dos paralelos existentes entre os acontecimentos de 1950 e os de 2011.

Para a análise do material coletado serão utilizados alguns elementos dispostos no paradigma indiciário do qual Carlo Ginzburg deu pistas em suas obras (GINZBURG, 2017). Como bem dizem Leandro e Passos (2021), o paradigma indiciário não é um modelo acabado e sistematizado como se quer o sistema galileano, mas uma forma de perceber e relatar elementos presentes durante a investigação que costumeiramente não se materializam no produto de uma pesquisa.

A fírasa, de origem islâmica, é o primeiro dos elementos citados, e diz respeito ao processo de partir do que se conhece rumo ao desconhecido, colocar-se à disposição para o novo. De acordo com Leandro e Passos (2021),

Estar diante de narrativas e analisá-las relaciona-se com a fírasa. É passar do conhecido até aquele momento para o desconhecido que se apresenta nas histórias contadas pelos sujeitos, é duvidar das narrativas, é questionar o que está dito ou escrito, em busca da compreensão (LEANDRO; PASSOS, 2021, p. 10).

A pesquisa dos autores supracitados se deu no campo da Educação, em que o diálogo materializa o desconhecido, onde o objeto de estudo é contemporâneo ao investigador, e, muitas vezes, ainda está vivo, permitindo retornos e novas narrativas. Quando Carlo Ginzburg investigou a materialidade produzida acerca do moleiro Menocchio, ele se deparou com uma distância temporal intransponível.

Assim, o presente trabalho lida com uma mescla, pode-se dizer, das duas investigações, uma vez que trata das narrativas construídas em torno das denúncias feitas pelo vereador Marcelino Chiarello, que se encontra em um recorte temporal mais próximo. Neste momento, os autores das narrativas não serão ouvidos, apenas o que se produziu sobre as denúncias no contexto do óbito será analisado.

Assim,

[...] a consciência aguda da ignorância do pesquisador, o despir-se de formulações preconcebidas, o abandonar preconceitos, o buscar pela chave de interpretação, o desconhecido que sugere o diálogo, a necessidade de a fonte ser *sui generis*, o espantar-se, o estranhar os hábitos e a identificação das alusões conscientes e dos lapsos, são alguns dos elementos que se podem observar nas narrativas (LEANDRO; PASSOS, 2021, p. 11-12).

Há outros elementos que acompanham a investigação, mas não aparecem nos resultados por escaparem da lógica formal galileana. São eles o acaso, o golpe de vista, as sensações, o faro e a intuição (LEANDRO; PASSOS, 2021). Assim como Ginzburg (2004) relata o acaso como circunstância de início do seu interesse por determinada pesquisa, foi o acaso que deu origem ao presente trabalho, quando a professora Monica Hass fez uma fala em



circunstâncias informais e inesperadas sobre o neocoronelismo e o Caso Chiarello, o que despertou imediato interesse do autor.

O acaso vem acompanhado do faro, do golpe de vista, das sensações e da intuição, estas que dependem da perspectiva e do poder interpretativo, e que fazem do pesquisador um detetive, verdadeiro investigador. Nesse sentido, os elementos estruturais agregam na análise de narrativa, dos quais podemos destacar a frequência com que se usa determinadas palavras, a convergência ou não dos discursos, além da relação com o recorte geográfico e temporal em que foram produzidos, bem como a transformação ou não dos termos ao longo do espaço e tempo.

Além disso, os autores Leandro e Passos (*idem*) explicitam as pistas deixadas por Carlo Ginzburg em sua obra acerca da importância de uma relativa proximidade do investigador com seu objeto, não tão perto para afetar-se demasiadamente, não tão longe para deixar de se importar. Nesse sentido, o ponto de vista, a perspectiva e outras formas de comunicação como as imagens, são elementos que contribuem para a apuração mais precisa do objeto em investigação.

O esquema abaixo traz a síntese metodológica:

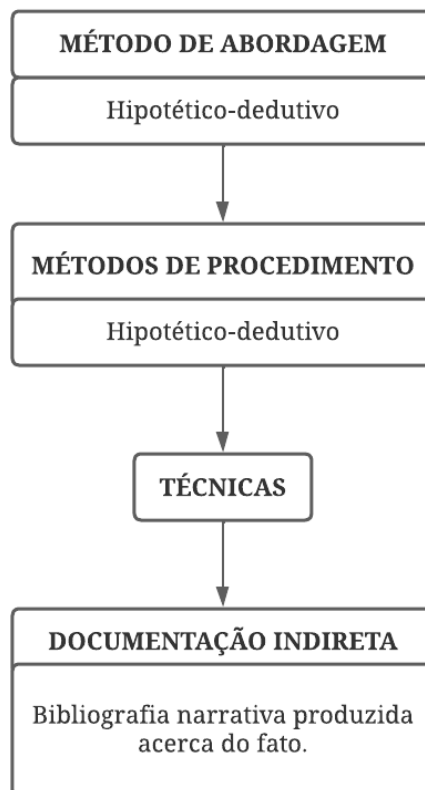


Figura 01: esquema metodológico. Fonte: elaboração própria com base em Markoni e Lakatos (2009).

Por conseguinte, o texto está dividido em dois capítulos, baseados no exposto até aqui.

O primeiro capítulo trata da questão bibliográfica, valendo-se do aporte histórico acerca da região de Chapecó e das contribuições teóricas no que tange o coronelismo, o neocoronelismo e suas práticas políticas, em especial a corrupção. Além disso, neste capítulo serão abordados aspectos concernentes à história da região de Chapecó que evidenciam o *backstage* sobre o qual se desenvolveu a configuração sociopolítica do Oeste catarinense.

Já o segundo capítulo aborda a prospecção e tratamento das fontes acerca do caso, além de uma apresentação mais aprofundada sobre quem foi Marcelino, tratando da análise e problematização das fontes bibliográficas e narrativas construídas em torno do caso. O enfoque neste capítulo recai sobre as denúncias de corrupção e demais irregularidades às quais Marcelino se dedicou durante seus dois mandatos como vereador pelo PT em Chapecó, relacionando-as a partir das narrativas encontradas em Giovanaz (2016), Uczai (2018) e Capitanio (2018) e com o arcabouço teórico inventariado no primeiro capítulo.

## 2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS: DO CORONELISMO AO NEOCORONELISMO

Este capítulo trata da fundamentação teórica acerca do mandonismo, coronelismo e neocoronelismo. O patrimonialismo também encontra espaço para discussão nesta parte do trabalho, evidenciando aspectos históricos que retomam a identificação do patrimônio público com o particular pelo agente público. Além disso, o debate deste capítulo perpassa a relação entre a corrupção, o clientelismo, o coronelismo e o neocoronelismo, caracterizando, dessa forma, as práticas políticas dos novos coronéis.

A discussão aqui apresentada também abrange o contexto histórico de transformação do oeste catarinense e como os novos coronéis se estabeleceram e continuam se colocando dentro da configuração política, econômica e social que se apresenta na região, especificamente em Chapecó.

Assim, este capítulo objetiva fundamentar uma discussão que parte do coronel tradicional, inserido em um sistema coronelista nacional, que vai até 1930, e o novo coronelismo, inserido em um sistema clientelístico nacional, buscando evidenciar as transformações pelas quais esses atores ou grupos sociais passaram ao longo do último século.

### 2.1 CORONELISMO, CLIENTELISMO, MANDONISMO E PATRIMONIALISMO: AS RELAÇÕES DE PODER E ALGUNS SIGNIFICADOS

Tanto o coronel quanto o coronelismo são alvos de debates que, muitas vezes, não chegam a lugares de comum acordo. Entretanto, um aspecto compartilhado entre alguns pensadores, e que carrega relativa concordância entre os pares, diz respeito à relação entre coronelismo e Primeira República, em que o primeiro é objeto observável preponderantemente em fins do século XIX e na primeira metade do século XX.

Boris Fausto, em seu livro *História do Brasil*, caracteriza o coronelismo como uma variante do clientelismo, prática comum em meios urbanos e rurais. Trata-se de um sistema abrangente e com amplo espaço na Primeira República, entretanto, não se caracteriza como evento totalizante, ou seja, como diz Fausto, a cena política não foi totalmente dominada pelos coronéis, mas antes, estes dividiam o palco com outros atores (FAUSTO, 2009).

Raymundo Faoro, em *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, de 1958, trata da formação do Estado brasileiro, investigando desde os resquícios políticos, econômicos e sociais presentes na monarquia portuguesa até a história recente do nosso país. Através de sua narrativa, é possível entender a ascensão do patrimonialismo,

associado, nessa perspectiva, ao poder privado que se faz através da máquina governamental.

Segundo Faoro, a fórmula ou configuração patrimonialista se manteve ao longo de mais de seis séculos por meio de sua transformação, através das adaptações que se faziam necessárias ao longo do tempo (FAORO, 2001):

A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente. O súdito, a sociedade, se compreendem no âmbito de um aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos. Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo — assim é porque sempre foi (*ibid.*, p. 866).

Assim, o patrimonialismo se caracteriza pelo exercício do poder em determinado recorte geográfico, amparado em um corpo administrativo e burocrático definido através de critérios pessoais (SILVEIRA, 2006). Tal forma de exercer a dominação está ligada às práticas de corrupção, uma vez que a identificação do patrimônio público com o privado permite o beneficiamento dos grupos que detém o controle sobre os recursos e serviços públicos - ou de sua ausência. Ainda, a tradição patrimonialista está assentada no Brasil desde sua invasão pelos portugueses.

Segundo a concepção faoriana, o público e o privado não experimentam, na sociedade brasileira, uma divisão seguindo princípios impessoais: “[...] esse Estado, pela sua própria organização, não estabelece uma cultura do público, distinta dos interesses privados, favorecendo a ineficiência e a corrupção.” (MOREIRA, 2018, p. 10).

Nesse sentido, o patrimonialismo se coloca como cristalização de um processo em que, de um lado, estão grupos econômicos, empresas e entidades privadas e, de outro lado, grupos políticos aliados ao Estado. Essa relação é o que Faoro conceitua patrimonial-estamental.

De acordo com ele, sua manutenção se dá por meio de uma espécie de retroalimentação, em que a relação é fechada em si mesma (FAORO, 2001). Portanto, os “[...] estamentos organizados se apropriam do Estado, de seus cargos e funções públicas, impondo-se um regime de uso dessas vantagens advindas do status ocupado para a utilização da máquina estatal em proveito próprio, para a satisfação de interesses particulares.” (SILVEIRA, 2006, p. 12).

Sobre o governante, Faoro ressalta que ele incorpora, por vezes, a imagem do bom príncipe, “[...] empreendendo, em certas circunstâncias, uma política social de bem-estar,

para assegurar a adesão das massas.” (FAORO, 2001, p. 875).

Por sua vez, Victor Nunes Leal situa o coronel e o coronelismo, o primeiro sendo analisado como engrenagem do segundo (LEAL, 2012). Em sua concepção, o coronelismo ganha força a partir do estabelecimento de uma rede de trocas e favores dentro das municipalidades. É no município que o filhotismo e o paternalismo se impõem enquanto elementos de coação, além da violência e do tratamento diferenciado à rede de influência do coronel em detrimento daqueles que se opõe.

Nas palavras de Victor Nunes Leal, é assim que

[...] se manifesta o paternalismo, com a sua recíproca: negar pão e água ao adversário. Para favorecer os amigos, o chefe local resvala muitas vezes para a zona confusa que medeia entre o legal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio da delinquência, mas a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora. A definitiva reabilitação virá com a vitória eleitoral, porque, em política, no seu critério, “só há uma vergonha: perder”. Por isso mesmo, o filhotismo tanto contribui para desorganizar a administração municipal (LEAL, 2012, p. 32).

José Murilo de Carvalho, por sua vez, faz uma discussão conceitual que busca diferenciar termos como coronelismo, clientelismo, patrimonialismo e feudalismo. O autor mostra, assim como Leal, supracitado, que o coronelismo é um sistema decorrente da confluência de dois fatores, um de natureza econômica e outro de natureza política. Os conceitos de clientelismo e mandonismo, anteriores a *Coronelismo, enxada e voto*, ajudam a pensar a ascensão de um fenômeno com configuração específica no tempo e espaço, que, nesse caso, é o sistema coronelista. Dessa forma,

[...] tais noções [de clientelismo e mandonismo] são relevantes para sua obra [*Coronelismo, enxada e voto*] apenas no que contribuem para a formação do complexo sistema de ascensão política da época e de dependência mútua entre os poderes público e privado (CESAR, 2021, p. 2).

A conjugação do federalismo, a partir da Proclamação da República e a consequente expansão da abrangência do Estado em detrimento do poder dos fazendeiros resultou, segundo os autores citados, em uma política de trocas materializada no coronelismo e que teve seu apogeu entre 1889 e 1930 (CARVALHO, 2001).

Fausto (2009), reforça que em algumas regiões, sintomaticamente a essas transformações, pôde-se observar a sedimentação do Estado como agregador dos interesses de uma classe específica, a dominante, que não era formada somente pelos coronéis. Em síntese, os coronéis encontravam-se em uma cadeia de reciprocidade, na troca de interesses mútuos, que despertavam mecanismos diversos, que iam desde a coação e a violência física

e psicológica, através da manipulação, passando por favores e objetos materiais ligados à vida privada do eleitorado e à autoridade coronelista, até a concessão de obras infraestruturais que concerniam à vida coletiva,.

Além de Fausto (2009) e Carvalho (2001), Janotti (1981) endossa a afirmação de que o poder coronelista passa a experimentar um declínio por volta de 1930. O que explicaria, portanto, a permanência dessa configuração de poder no espectro de estudo relacionado à região do Oeste catarinense?

Os mesmos autores dão algumas pistas acerca disso, a saber, a questão da permanência do coronel enquanto figura do mandonismo. Isto é, trata-se de um mandão que, geralmente, detém a posse da terra, pelo menos inicialmente, e, com isso, consegue controlar o eleitorado e corresponder a cadeia de compromissos recíprocos entre o ente governamental e a política local. Com o tempo, a base econômica desses grupos foi se transformando. No caso chapecoense, a empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia detinha poder sobre o comércio da terra, em seguida da exploração da madeira. Posteriormente, a industrialização e o desenvolvimento agroindustrial passaram a dar a tônica do desenvolvimento do município.

## 2.2 SOBRE O NEOCORONELISMO

Os debates acerca do neocoronelismo encontram terreno ainda mais instável quando se trata de caracterizá-lo. José Murilo de Carvalho, em seu texto de 1997, diz que o coronelismo não experimentou continuidades além do período da Primeira República, sendo as relações de poder posteriores identificadas com as práticas do sistema clientelista. (CARVALHO, 1997).

Entretanto, como diz Janotti (1981), os anos 1940 inauguram o declínio do coronelismo, o que não significa que se fale do desaparecimento dos coronéis. Diversos elementos contribuíram para tal, entre eles o desenvolvimento industrial e a diversificação da matriz econômica para além da base fundiária.

A Constituição de 1988 evidencia a retomada democrática e uma guinada rumo à cidadania, principalmente após os anos de ditadura precedentes. Salles (2012) relaciona a retomada democrática com uma expansão da autonomia municipal, o que, em tese, cercearia o poder local privado através da delegação de responsabilidades ao município enquanto ente federado, relação que não existia até então. Entretanto, a mesma autora ainda destaca a disparidade entre essa nova configuração dos entes federados e a redistribuição tributária.

Dessa forma, os serviços essenciais que passaram a ser responsabilidade do Estado não encontraram uma estrutura municipal que correspondesse adequadamente às novas aspirações organizacionais. A saúde e educação, principalmente, continuaram dependentes da transferência de recursos de outras esferas que não a do governo, o que implicou na dependência do município de uma rede de interesses privados.

Outrossim, a inclusão popular nas esferas de decisão se dá pela formalidade, mas, na prática, dificilmente encontra-se em escala paritária na tomada de decisões. Assim, Salles (*ibid.*) evidencia que uma nova configuração de poder se consolida baseada em traços clientelistas e neocoronelistas. A moeda de troca não é mais a posse fundiária, mas outras, como o domínio da mídia ou da informação, por exemplo. Entretanto, a autora exorta sobre a teorização neocoronelista, uma vez que “[...] o conceito está sendo adaptado de forma irregular, criando acepções e enfoques distintos do ‘coronelismo’ [...]” (*ibid.*, p. 84-85).

Há que se ressaltar, nesse sentido, a distinção feita entre coronelismo, mandonismo e clientelismo empreendida por Carvalho (1998) e retomada por Salles (2012). O mandonismo, de acordo com José Murilo de Carvalho, existe muito antes do coronelismo, este que materializa uma etapa do desenvolvimento decadente mandonista. Explica-se: o mandonismo resgata estruturas de poder que são locais e que conferem poder a um senhor cuja esfera de influência se limita ao lugar em que vive.

Em outras palavras,

O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional (CARVALHO, 1998, n.p.).

Percebe-se, assim, que o coronel pode, eventualmente, assumir a posição de mandão. Tem-se, com isso, o coronelismo enquanto alternativa de retardo do decréscimo mandonista, que se explica pela ascensão do federalismo e pela diminuição do poder dos senhores locais. Estes buscaram, por sua vez, a manutenção da rede local de dependência e acabaram se tornando intermediários na relação entre governo e população. O coronelismo, de acordo com José Murilo de Carvalho, “[...] seria um momento particular do mandonismo, exatamente aquele em que os mandões começam a perder força e têm de recorrer ao governo.” (*ibid.*, n.p.).

O clientelismo, por sua vez, refere-se a um espectro de materialidade mais amplo em relação ao coronelismo. É, segundo Carvalho, uma rede de trocas em que ocorre a

[...] concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. [...] Clientelismo seria um atributo variável de sistemas políticos macro e podem conter maior ou menor dose de clientelismo nas relações entre atores políticos (*ibid*, n.p.).

O autor diz ainda que o clientelismo, assim como o mandonismo, apresenta traços do sistema coronelista, e que pode ser visto, também, como perspectiva do mandonismo ao assumir a via de mão dupla clientelista, a saber, a relação entre clientes e patrões. O mandonismo, por sua vez, enfatizaria apenas o lado senhorial da relação.

Esse esquema de relações entre os conceitos explica por que o coronelismo é um sistema que entra em decadência a partir de 1930. No entanto, em novo texto, Carvalho (2001) admite resquícios coronelistas, ressaltando que o sistema em si acaba a partir de 1930. Todavia, os coronéis permanecem, uma vez que, diferentemente do que previra Victor Nunes Leal, o coronelismo não entrou em colapso com o desenvolvimento industrial, a democratização e a relativa ascensão econômica da população em geral.

A pobreza e baixa escolaridade continuam existindo, e estes são elementos que alimentam a continuidade de relações clientelísticas. De acordo com Carvalho (*ibid.*), por mais que o sistema eleitoral venha se munindo cada vez mais de instrumentos que garantam a isonomia do resultado do processo eleitoral, a manipulação do eleitorado ainda acontece no caminho até a urna, o que revela a presença de um aparato clientelístico ainda presente.

Nesse sentido, o autor defende que o novo coronel faz parte de um sistema clientelístico nacional, configuração que substituiu o antigo sistema coronelista. Assim, esta nova figura inserida nas relações clientelísticas

[...] mantém do antigo coronel a arrogância e a prepotência no trato com os adversários, a inadaptação às regras da convivência democrática, a convicção de estar acima da lei, a incapacidade de distinguir o público do privado, o uso do poder para conseguir empregos, contratos, financiamentos, subsídios e outros favores para enriquecimento próprio e da parentela. Tempera tudo isso com o molho do paternalismo e do clientelismo distribuindo as sobras das benesses públicas de que se apropria. Habilidade, ele pode usar máscaras, como a do líder populista, ou do campeão da moralidade. Para conseguir tudo isso, conta hoje, como contava ontem, com a convivência dos governos estadual e federal, prontos a comprar seu apoio para manter a base de sustentação, fazer aprovar leis, evitar investigações indesejáveis. Nesse sentido, o novo coronel é parte de um sistema clientelístico nacional. (CARVALHO, 2001, p. 5).

Rejane Vasconcelos Accioly Carvalho (1987), em estudo que tem por recorte geográfico a região Nordeste do Brasil, especificamente o estado do Ceará, resalta que o novo coronel participa da nova configuração do Estado através de um autoritarismo ativo, tornando-se



elemento na ponte entre Estado e população. Segundo ela, o corpo burocrático, isto é, os funcionários do Estado, pelo poder que lhes é conferido, inserem-se “[...] na estrutura social local [...] [e assumem] a posição de ‘novos coronéis’ (CARVALHO, 1987, p. 200).”

Ela ainda diz que o novo coronelismo mantém uma relação com o antigo coronelismo, evidenciando, para isso, os seguintes elementos:

- a) o recrutamento dos funcionários se faz no universo das elites locais;
- b) os "novos coronéis" conservam dos anteriores os mesmos atributos: "carismáticos, autoritários e freqüentemente corruptos";
- c) o paternalismo reencarna-se nos próprios agentes do Estado que distribuem assistência e proteção aos pobres e desvalidos, frutos da modernização conservadora;
- d) estariam dadas assim as novas bases do velho clientelismo político. (CARVALHO, 1987, p. 201).

Portanto, por mais que o sistema coronelista tenha entrado em declínio, muitos dos artifícios utilizados pelos coronéis continuam presentes na reinvenção das práticas clientelistas que caracterizam a permanência do neocoronel.

### 2.3 OESTE CATARINENSE: CONTEXTO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL E POLÍTICA

O que conhecemos hoje como Oeste catarinense é fruto de um processo conturbado de quatro séculos de volatilidade territorial e demarcatória. Antônio Marcos Myskiw, no texto *Uma breve história da formação da fronteira no Sul do Brasil*, integrante do livro *História da Fronteira Sul*, de 2016, organizado por José Carlos Radin, Delmir J. Valentini e Paulo A. Zarth, analisa a importância das fronteiras enquanto espaço sociopolítico.

Myskiw (2016) pensa a fronteira não só como limite, mas como um lugar de intensas trocas culturais e sociais. É possível visualizar tal entendimento de forma mais clara a partir da criação dos Campos Neutrais, definidos pelo Tratado de Santo Ildefonso, que eram faixas de terra a partir da fronteira, sobre as quais não incidia nenhuma jurisdição. Como “terra sem lei”, esses campos tornaram-se os locais apropriados aos mais diversos grupos e pessoas.

Diversos conflitos desencadearam-se nos anos subsequentes à vinda da família real para o Brasil, relacionados à definição territorial. A Argentina e o Brasil digladiavam-se a respeito do litígio concernente à divisão entre os dois países correspondente à área que vai desde o rio Uruguai até a atual cidade de Palmas (PR). A Questão de Palmas (1890-1895) teve um período latente durante a *Guerra Grande* no Paraguai, passando pelo posterior estabelecimento de colônias militares brasileiras na região, até a sua resolução em 1895 pelo arbitramento do presidente estadunidense Grover Cleveland.

Um aspecto essencial do qual o lado português soube fazer muito bom uso ao longo de todos esses séculos é o conceito de *Uti possidetis*. Basicamente, o termo refere-se a uma ação diplomática que visa tornar um povo proprietário de um território que, juridicamente, não lhe pertence, através de sua ocupação efetiva e prolongada. O instrumento foi utilizado largamente por Portugal em diversos casos, sendo um dos mais notáveis a Questão de Palmas, onde o governo estabeleceu colônias militares para fins de vigia e povoamento, o que tornaria, mais tarde, a decisão de Cleveland facilmente favorável ao Brasil, que já ocupava o espaço.

Tomando-se por base tal contexto de formação territorial, pode-se afirmar que a história de Chapecó está calcada em um projeto historicamente colocado que busca a construção de um tipo ideal de população baseado na matriz branca e europeia. Um dos vários autores que lida com essa questão é o historiador Jaci Poli. Em linhas gerais, o texto de Poli (2014) aborda a condição cabocla na região ocidental de Santa Catarina, ressaltando o trabalho do desbravador caboclo que facilitou a penetração colonizadora posterior. Esse movimento, por sua vez, culminou em inúmeras expropriações dos caboclos de suas terras.

É no contexto da formação dos povoados, engendrada pelo transporte de gado para São Paulo e Minas Gerais, que Poli inicia sua discussão. A construção da estrada de Palmas às Missões do Rio Grande do Sul – seguindo o fluxo de formação de fazendas e caminhos que já havia ocorrido em Guarapuava e na região de Lages - buscava atender tanto a necessidade alimentícia na região Sudeste, quanto ao objetivo português de povoamento para a consolidação da ocupação lusitana na região. Esses povoados foram os responsáveis pelo estabelecimento caboclo no território. Além disso, há, segundo o autor, uma hierarquia de atividades, na qual a agricultura se encontrava em posição inferior em relação à pecuária.

As tentativas de ocupação do território pelo governo imperial brasileiro criaram as colônias militares de Chapecó e Chopim pelo decreto nº 2.502, de 06 de janeiro de 1859 (*ibid.*), onde foram alocadas famílias caboclas que tinham na extração e comércio da erva-mate sua fonte de renda e sobrevivência. Entretanto, a posterior desvalorização da erva-mate e o início de uma nova onda colonizadora expropriaram os caboclos de suas propriedades, em um processo envernizado de legalidade, no qual as terras foram vendidas a preços irrisórios (*ibid.*).

Chapecó foi oficialmente fundado em 1917, quando já era um centro de convergência econômica, baseado no extrativismo madeireiro e ervateiro. O município foi criado no contexto de afirmação territorial, após litígios decorrentes entre o Paraná e Santa Catarina, em que foram criados quatro municípios, Mafra, Porto União, Cruzeiro e Chapecó.

Após uma série de disputas em torno do estabelecimento da sede do município, em

1931, Passo dos Índios – hoje Chapecó – tornou-se centro administrativo, mesmo local em que já havia se estabelecido a empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia – esta que, na década de 30, já havia alterado seu nome para Colonizadora Ernesto F. Bertaso (HASS, 2015).

Nesse sentido, a história de Chapecó entre 1917 e 1940 caracteriza-se pela presença de um coronelismo muito pronunciado, em que o mandonismo se concretizava por meio do poder econômico e político que estava nas mãos dos coronéis ou de pessoas próximas a eles (*idem*). Hass ainda diz que, a partir de 1940, ocorre uma diversificação da base econômica do município, fazendo com que os coronéis modernos – entre eles membros da família Bertaso, que, apesar de terem poder econômico, não possuíam, até então, cargos políticos de peso – entrem em cena.

#### 2.4 O CORONELISMO EM CENA

A temática coronelista encontra amparo, especialmente no oeste catarinense, nos fatos ocorridos em Chapecó na década de 1950, quando do linchamento de quatro presos que foram acusados de incendiar a igreja da cidade. A autora, Monica Hass, em trabalho inédito até então, relacionou os acontecimentos a partir da análise das relações de poder que vigiavam a pacata cidade que se tornava, aos poucos, um centro comercial no oeste catarinense.

Em *O linchamento que muitos querem esquecer* (2013), livro dividido em três partes, a autora discute, inicialmente, as relações de poder que se baseavam no exercício da violência, característica da configuração coronelista dos anos 1950, apoiadas que estavam no pacto entre a Igreja e a elite local, que, por sua vez, justificavam suas ações na ideia do estabelecimento da ordem e do progresso na região.

Um dos elementos centrais discutidos na obra busca dar conta dos desequilíbrios que acometeram o cenário político chapecoense a partir da queda de Getúlio Vargas no cenário nacional, o que permitiu maior pluralidade partidária. Associado a isso, o fator econômico passou a sofrer transformações na esfera local. As forças consolidadas, baseadas nas companhias colonizadoras, no comércio madeireiro e de erva-mate, foram surpreendidas pela entrada de novos elementos, ligados à urbanização e à industrialização.

De acordo com Hass, esses elementos possibilitaram novos atores políticos, materializados em partidos diferentes do PSD, que dominava o cenário até então, uma vez que se utilizava de instrumentos mais complexos para dominar, como o "[...] clientelismo

partidário, meios de comunicação (rádios, jornais) e organizações corporativistas [...]." (HASS, 2013, p. 46). Assim, a partir de 1950, partidos como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), a UDN (União Democrática Nacional) e o PSP (Partido Social Progressista) passam ao poder, o que gera conflitos e embates fervorosos.

Esses desequilíbrios no âmbito da política local mobilizaram, como é característico das relações de poder coronelistas, instrumentos e vias que fogem do *script* político formal, que fazem uso da violência, da coação e da perseguição. A autora do livro em questão relaciona, por fim, a morte dos quatro forasteiros a esses desequilíbrios gerados no âmbito municipal, decorrentes de todas as mudanças citadas acima.

Assim, a partir de uma situação de questionamento ou de ruptura do *status quo*, ocorreu a mobilização de elementos que buscaram reverter a situação. Não sendo possível tal alternativa, nota-se que a elite dominante ou os grupos que dividiam o poder, recorreram ao apelo popular, manipulando e levantando elementos basilares para a sociedade.

No caso de Chapecó, esses elementos diziam respeito à queima da igreja, símbolo central para a cidade, composta de famílias católicas muito assíduas e que organizavam sua vida e a da cidade em torno da religiosidade. A queima da igreja por parte de pessoas que não eram da cidade e que, ainda por cima, tinham ligações com o PTB e a UDN, mostram os empreendimentos da elite tradicional em busca da manutenção do seu poder.

Mesmo passados mais de meio século desde o episódio, o medo, o receio em nomear e falar sobre certos aspectos permanece, evidenciando a permanência do *policy-making* com resquícios coronelistas.

Em outra obra de Hass, intitulada *Os partidos políticos e a elite Chapecoense: um estudo de poder local - 1945 a 1965*, de 2001, a autora analisa como se dão os acertos e pactos entre as elites na gestão do poder local. Dentre os mecanismos utilizados, pode-se citar a disposição da máquina pública a favor do partido situacionista na manutenção do poder; o controle do eleitorado através dos cargos públicos, elementos estes que se encontram dentro de uma configuração de troca de favores; a presença maciça de cabos eleitorais, pessoas que fazem a ponte entre o candidato/político e a população, também atuando na esfera da troca de favores; violência física, assassinatos e coação aos adversários (HASS, 2001). Este conjunto de instrumentos constitui

[...] uma prática clientelista estreitamente ligada à máquina do Estado, envolvendo uma troca de compromissos entre o governo estadual e o local. Esta articulação de interesses, por sua vez, resulta na distribuição de benefícios por parte do Estado ao município, seja do ponto de vista material/recursos como na nomeação de cargos, em troca de votos que

garantam eleições situacionistas (*ibid.*, p.176).

Ela afirma, ainda, que, no caso do linchamento, os poderes locais (judiciário, policial, político e religioso), integrantes da elite, foram coniventes para com suas ações frente à ameaça da perda de poder (*ibid.*). Além disso, o funcionalismo público, através da criação de órgãos públicos, ganha força como prática de arregimentação de votos.

Soma-se a isso a criação e controle dos meios de comunicação, em especial os jornais, quando se considera a segunda metade do século XX. Tanto o partido situacionista como os oposicionistas possuíam seus jornais nos âmbitos estadual e municipal, cujos donos eram pessoas da elite de cada local. As coligações também eram uma forma de prática clientelista e constituem, juntamente com os elementos elencados acima, a configuração que assumia a política em sua fase pluripartidária no município de Chapecó, congregando, dessa forma, um público eleitor majoritariamente rural que elegia políticos da elite urbana.

Na mesma obra a autora ressalta a violência e o mandonismo local como elementos que perpassam a história chapecoense. Por mais que se note o declínio da configuração coronelista após o fim do Estado Novo, é possível perceber um rearranjo contínuo, que reflete as transformações e pactos no nível nacional e estadual.

Essa perspectiva reforça a tese defendida por José Murilo de Carvalho, a saber, que o coronelismo enquanto sistema declina, mas o coronel permanece e estabelece vínculos através de uma série de elementos que vão da violência física à manipulação do eleitorado, utilizando, por exemplo, a máquina do Estado. Nesse sentido, os novos coronéis surgem relacionados aos antigos.

## 2.5 O NOVO CORONEL E A CORRUPÇÃO

Os antigos coronéis, montados sobre o extrativismo ervateiro e florestal, davam, a partir de então, lugar para novos atores políticos. Como coloca Hass (2016),

Alternam-se no poder, nas décadas de 1940 a 1950, representantes do comércio da terra (empresas colonizadoras e industriais madeireiros) e profissionais liberais (advogados, médicos e comerciantes), vinculados na sua maioria à União Democrática Nacional (UDN) e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que surgem e se fortalecem com as transformações que acontecem na região (*ibid.*, p. 329).

As práticas políticas frente ao pluripartidarismo evidenciado pelo crescimento udenista na região acabaram por se transformar com a finalidade de manter no poder políticos conservadores do PSD. Além disso, Hass (*ibid.*) revela disputas políticas dentro do

próprio PSD, tendo, por um lado, a proeminência do presidente do partido, Serafim Enoss Bertaso, ligado à indústria madeireira e ao comércio de terras, e, por outro lado, Plínio Arlindo de Nês, figura que despontava como representante do setor industrial e agropecuário. Hass considera este último na perspectiva do coronel moderno a partir da configuração exposta por José Murilo de Carvalho, que coloca o novo coronel como parte de um sistema clientelístico nacional.

Acerca das pistas que evidenciam as transformações através das quais ocorre a conservação do poder, Romano (2021) diz que

Não tem mais o bico de pena, do voto de cabresto, mas tem o sistema de aliança, que é mais fluido. As alianças vão desde a base até em cima. É urbano. O coronel tradicional tinha cartucheira atravessada no peito. O neocoronel é um homem de cidade. São bacharéis, pessoas ilustradas, mas que sabem onde está o peso da máquina, onde está a força do poder. Eles costumam penetrar nas universidades. É um coronelismo ilustrado, mas é um coronelismo, como afirmam os estudiosos.

O coronelismo moderno se identifica, como sempre em seu germe, com a formação de clãs familiares. Essas grandes famílias se apropriaram do poder no Brasil, principalmente nas regiões mais pobres, rateando a máquina pública entre seus representantes. Elas rateiam o poder, colocando seus representantes nas posições decisórias (ROMANO, 2021, n.p.)

Diversos autores colocam a corrupção sob a égide da formação da configuração coronelista. Maria Sylvia de Carvalho Franco, em obra intitulada *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, de 1997, aborda as raízes da corrupção crônica a partir da “[...] velha civilização do café que, no século XIX, floresceu nas áreas do Rio de Janeiro e de São Paulo pertencentes à região do Vale do Paraíba.” (FRANCO, 1997, p. 16).

A partir do Segundo Reinado (1840-1889), a política adotada pelo Império foi de centralização da administração por meio de um sistema de coleta pecuniária que se estabeleceria Brasil a fora através de um corpo burocrático robusto.

Ao invés de o funcionário público tornar-se o administrador de um patrimônio que é público, ele passa a confundi-lo com o que lhe pertence no âmbito privado, fazendo com que pareça que as obras públicas, as receitas e gastos advêm de quem controla aquele patrimônio. Essa figura geralmente detém um poder econômico ou de influência anterior à apropriação da máquina pública e pode ser identificado como coronel, mandão ou chefe do poder local.

Assim,

Essa mistura entre a coisa pública e os negócios privados fundamenta, sem dúvida, a extensão do controle pessoal a todo o patrimônio do Estado. A passagem é rápida: o homem que sustenta com recursos particulares as

realizações próprias do governo está subjetivamente pronto para considerar como seu o conjunto de bens públicos confiados à sua guarda. Por que não o faria? Por que não satisfaria aos próprios objetivos com dinheiros do governo se, não raro, as dificuldades deste último eram resolvidas com haveres seus, pessoais? Acaba por constituir-se de fato, nessas condições em que ficam completamente fluidos os limites entre o que é patrimônio da Administração e o que é propriedade do administrador, um fundo de "bens comuns" cujos valores, indivisos entre os dois membros da associação formada, servem indistintamente ora a um, ora a outro (*ibid.*, p. 131).

Porém, os motivos que levaram à necessidade de arrecadação também se mostraram como entraves ao seu avanço. A escassez de recursos públicos e a proximidade do agente público com os grupos dominantes, muitas vezes integrando-os, fez com que a formalidade burocrática do aparelho fiscal não se consolidasse:

[...] verifica-se que a decisão em cada caso concreto orientava-se preponderantemente pelos valores ou pela situação de interesses a que os agentes do governo estavam imediatamente vinculados. Nas situações consideradas, embora houvesse virtualmente um código de preceitos dotado de força normativa e um corpo de funcionários com poderes coativos para garantir a sua observância, verificou-se que a validade efetiva dessas ordenações mostrava-se instável, já que tais ordenações podiam ser abertamente desobedecidas, inclusive pelos próprios agentes destinados a impô-las. (*ibid.*, p. 124-125).

Franco cita dois entraves principais à burocratização de um aparelho fiscal: o primeiro é a presença de agentes públicos nos municípios distantes do governo central e, portanto, da abstração burocrática fiscal formal. Como esse agente público encontrava-se vinculado ao ambiente em que vivia, dificilmente ele conseguiria impor impessoalidade ou certa firmeza na aplicação dos instrumentos fiscais como previam as diretrizes do governo central. O segundo entrave diz respeito à predominância dos costumes, principalmente à ausência do costume de registro das ações administrativas ou legislativas. Dessa forma, a decadência pela qual passavam os níveis da Administração, que havia levado à necessidade de desenvolvimento de um aparelho de arrecadação, mostrava-se ela mesma como entrave ao avanço na consolidação do aparelho fiscal.

A ausência de recursos nos cofres públicos se intensificou devido à concentração desses mesmos recursos empreendida pelo governo central. Frente a isso, frequentemente os agentes públicos empregaram recursos próprios nas obras públicas, além da disponibilização de edifícios particulares para a realização das atividades cotidianas da Administração, uma vez que os prédios públicos se encontravam em estado semelhante ao dos cofres.

Motivados pelos laços e relações pessoais, esses grupos têm mais um elemento que contribui para a indissociação entre patrimônio estatal e privado. Observa-se um

distanciamento entre a lei e, conseqüentemente, entre as funções desse agente público e a prática desenvolvida por ele, orientada pelo costume, este último que realçava a abstração e incompreensão da lei e dos instrumentos formais dispostos pela Administração central na tentativa de formar um aparelho burocrático fiscal.

Estariam aí elementos para evidenciar o desenvolvimento de práticas corruptas no Brasil, uma vez que as relações de dominação pessoal se reproduziram sobre a frágil estrutura burocrática que o governo central tentou introduzir no país. Segundo a autora, esta é “[...] a matriz onde se alinham as bases materiais da ‘corrupção’ no serviço público, a ideologia que suporta o ‘tráfico de influências’ nesse setor, e as condições existentes para o exercício personalizado e autoritário do poder.” (*ibid.*, p. 18). Assim, os instrumentos públicos serviram cada vez mais a fins particulares e, portanto, permitiram a continuidade dos grupos dominantes no poder político e econômico. (LEAL, 2017).

Por outro lado, é possível estabelecer relações entre os aspectos trazidos por Franco (1997) e a forma como a corrupção está ligada à manipulação do jogo político, mas são necessários, também, alguns esclarecimentos.

De acordo com Miranda (2018), há diversas concepções acerca do conceito de corrupção, uma vez que se trata de um termo com proximidade, pelo menos à primeira vista, de outros termos como o nepotismo e o peculato, por exemplo, quando não se desliza para o viés ético, confundindo questões políticas com moralidade.

O mesmo autor, através de uma série de critérios metodológicos, propõe um novo conceito de corrupção, um conceito que, segundo ele, tem coerência, operacionalização, validade, utilidade de campo, ressonância, extensão contextual, parcimônia e utilidade analítica. Nesse sentido, a corrupção é

[...] o pagamento (financeiro ou não) para a obtenção, aceleração ou para que haja ausência de um serviço feito por um funcionário público ou privado. A motivação da corrupção pode ser pessoal ou política tanto para quem corrompe quanto para quem é corrompido (MIRANDA, 2018, p. 265).

Para que o conceito, posto dessa forma, adquira validade, o autor utiliza os Três Níveis de Garry Goertz, propostos em 2006, mostrando que a definição trazida acima é o que dá significado ao conceito de corrupção, localizando-o no segundo dos três níveis analíticos, qual seja, o nível do significado. Por fim, o terceiro nível analítico encontra respaldo nesse novo conceito de corrupção ao possibilitar a sua indicação quantificável, que são os seguintes:

[...] i) os serviços; ii) os presentes; iii) as propinas que permitem que as



transações eficientes ocorram; iv) as propinas que agem como bônus de incentivo; v) as propinas que diminuem custos e vi) as propinas que permitem a atividade criminal (MIRANDA, 2018, p. 265).

Esse conceito de corrupção contribui na análise do caso chapecoense, em que a morte de Marcelino Chiarello, ocorrida em um passado recente, evidencia fortes indícios de ligação com as denúncias de corrupção que o vereador vinha empreendendo e que envolviam empresas e políticos de influência na cidade.

Na concepção de Monica Hass, em matéria publicada por Claiton Márcio da Silva no jornal *Gazeta de Chapecó*, tais elementos incluem, tanto antes como agora, a prática de corrupção, do clientelismo, da violência, da influência e tentativa de manipulação da opinião pública através da dominação dos meios de comunicação, do discurso empreendedor e desenvolvimentista propagado pelo *mainstream* local (SILVA, 2013 *apud* CAPITANIO, 2018).

Tal discurso, historicamente colocado, ganhou força a partir de 2005, com a eleição de João Rodrigues pelo Partido da Frente Liberal (PFL) para a prefeitura municipal. A continuidade de seu mandato a partir de sua reeleição em 2008, desta vez pelo partido Democratas (DEM), caracteriza uma gestão que foi marcada por denúncias de corrupção empreendidas por Marcelino.

Dentre as principais, pode-se citar o caso das irregularidades na compra de merenda escolar para as escolas municipais, os indícios de alteração das planilhas de preço da passagem de ônibus, além do caso das subvenções municipais, em que estava envolvida a subprefeitura localizada no bairro Efapi (CAPITANIO, 2018; UCZAI, 2018).

Nesse sentido, o ato de investigar, de “remexer” os meandros da política local e denunciar possíveis esquemas de corrupção em âmbito estadual, tarefa à qual Marcelino se dedicou profundamente, despertou reações por parte de simpatizantes e pessoas ligadas à política situacionista da época.

À vista disso, a posterior morte do vereador envolvida em circunstâncias que não foram esclarecidas até hoje, indicam, pelo menos, o receio de retaliação, seja ela de qualquer natureza. Elementos que corroboram essa hipótese incluem as reviravoltas pelas quais o caso tem passado, bem como o contexto que precedeu o desfecho fatal de seu óbito, em que o vereador se encontrava em estado psicológico repentinamente atípico, de acordo com relatos de pessoas que o conheciam.

Tem-se, assim, uma estrutura rearranjada ao longo do tempo que se baseia no mandonismo local e que evidencia, em seu funcionamento, a manutenção do poder político de

determinados grupos que tradicionalmente detêm o poder local. Ao mesmo tempo, esses grupos mantêm uma corrente de relações e influências que extrapola os limites municipais e, por isso, se renova, uma vez que está vinculada à estrutura política estadual e nacional que possibilita a continuidade do poder organizado.

Até aqui foram apresentados aspectos concernentes aos conceitos de coronelismo e neocoronelismo, tomando-se, para fins analíticos, a corrupção como uma das práticas empregadas tanto pelos antigos como pelos novos coronéis na manutenção de seu poder político e/ou econômico. Além disso, a distinção de conceitos como coronelismo, mandonismo e clientelismo mostra-se frutífera no que tange a elucidação dos termos de configuração das relações de poder, especialmente no oeste catarinense.

Hass (2015), diz que “Em termos de práticas políticas constata-se que o coronel moderno chapecoense se utiliza cada vez mais dos bens públicos em prol de benefícios privados, ressaltando-se a prática clientelista.” (HASS, 2015, p. 331). Inclui-se nesta seara a prática de corrupção, e, nesse sentido, a morte de um vereador intensamente envolvido com denúncias de práticas ilícitas traz à tona algumas possibilidades de teorização.

A morte de Marcelino Chiarello, ocorrida em 28 de novembro de 2011, evidencia a permanência de instrumentos de manutenção do poder por parte da elite dominante, representada pelos novos coronéis, como diz José Murilo de Carvalho (2001). Retomando Monica Hass, “[...] o coronelismo e o mandonismo sobrevivem reconfigurando-se aos novos contextos econômicos, políticos, sociais e culturais (ibidem).” O *Caso Chiarello* reflete, nesse sentido, uma resposta ao questionamento à administração pública da época, comandada pelo então prefeito João Rodrigues. Tais elementos, bem como suas fontes, evidenciadas neste texto, serão aprofundados em termos analíticos no próximo capítulo.

### 3. MARCELINO CHIARELLO: UMA VEREANÇA MARCADA POR DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO

Neste capítulo, o enfoque recai sobre as denúncias de corrupção na gestão pública municipal feitas por Marcelino Chiarello durante seus dois mandatos como vereador pelo PT na Câmara Municipal de Chapecó. As denúncias que o vereador fez encontram-se nas narrativas de Daniel Giovanaz, em sua obra *Quem matou Marcelino?*, de 2016, publicado pela editora Maruim Edições, no livro *Uma grande causa vale a vida*, do professor e deputado federal Pedro Uczai, publicado pelo Instituto Dom José Gomes, além da dissertação de mestrado de Cesar Capitanio, intitulada *Marcelino Chiarello: reflexões de uma trajetória de vida e significados de uma morte trágica*, defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Além de uma breve descrição sobre a trajetória de vida de Marcelino e dos acontecimentos do dia de sua morte, bem como do posterior processo investigativo, o debate deste capítulo se dá em torno das denúncias sobre corrupção que o vereador fez a partir da base teórica que discute a corrupção enquanto conceito, mas também de sua relação com as práticas mandonistas locais.

#### 3.1 UMA VIDA MARCADA POR LUTAS

Marcelino Chiarello nasceu na cidade de Caxambu do Sul, Região Oeste de Santa Catarina, em 12 de setembro de 1969. Ele foi um filho da pequena agricultura que da região, que congregou elementos da agricultura familiar e do campesinato. Por outro lado, é característico da região a presença do agronegócio, em virtude do forte desenvolvimento agroindustrial ocorrido a partir da renovação econômica de 1950, em que um dos responsáveis foi Plínio Arlindo de Nês, nome de peso na máquina política local, partidário da tradição coronelista do PSD. (SILVA; RIGO, 2019).

Marcelino cresceu nesse contexto, seguiu seus estudos no Seminário Diocesano de Chapecó, onde teve forte influência de Dom José Gomes, bispo da Diocese de Chapecó e importante figura na resistência à opressão ditatorial que ganhou corpo a partir de 1964. Na Região Oeste de Santa Catarina, Dom José Gomes representou o advento da Teologia da Libertação, um conjunto massivo de ideias e ações que tomou forma na “opção pelos pobres”. Assim,

[...] esse processo teve contribuição decisiva para a emergência, bem como para propulsar diversos movimentos sociais, entre os quais os ligados às lutas de mulheres e de jovens, de agricultores familiares, de sem-terra, de

atingidos por barragens e de indígenas, sobretudo no território abrangido pela Diocese. Portanto, a atuação pastoral do Bispo Dom José Gomes, movia-se pelo entendimento de que a fé e a prática social seriam indissociáveis, estabelecendo que a pregação cristã necessitaria dialogar de forma direta com as necessidades da vida concreta das pessoas. [...] isso levou tanto o religioso quanto seu discípulo Marcelino a agirem pautados na defesa e na promoção de valores humanistas. [...] Nessa perspectiva, a atuação de Dom José Gomes foi caracterizada e claramente marcada pela defesa dos Direitos Humanos. (CAPITANIO; RADIN, 2020, p. 178).

A partir do Concílio Vaticano II e considerando a escalada da violência, da desigualdade social, da fome e da pobreza em toda a América Latina, tem-se com a Conferência Episcopal de Medellín de 1968 a cristalização de uma práxis cristã voltada para as sensibilidades sociais (SILVA, 2022).

Marcelino formou-se enquanto cidadão sobre esta base, tendo se filiado ao PT assim que concluiu o seminário, optando por formar uma família e seguir carreira no magistério. Em 1999, casou-se com Dione Guarnieri Chiarello, com quem teve um filho, Eduardo. Formou-se em Filosofia pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ) e em História pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).

Em todos os setores em que atuou e para todos que atingiu com suas ações e discursos, fica evidente o quanto Chiarello sempre lutou para que as pessoas olhassem além do óbvio, além daquilo que imediatamente se impõe como realidade. Em um vídeo de homenagem ao vereador, um de seus alunos de Filosofia diz que

[...] foi ele [Marcelino Chiarello] que me ajudou a entender um pouco mais da vida, então como eu sempre digo: eu era uma pessoa antes do professor Marcelino e, depois que eu tive aula com ele, eu virei outra pessoa, me transformei. (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2013, online).

Marcelino dava aulas na Escola Estadual Pedro Maciel, localizada em uma região nobre da cidade, mas que atende pessoas oriundas de diversos pontos do município. Em suas aulas de Filosofia e História o foco era sempre o estímulo à criticidade dos alunos, reforçando a necessidade de questionamento das condições de trabalho a que se submetiam e a luta que necessitavam empreender para garantir direitos muitas vezes básicos. As perguntas deixadas por ele na lousa na manhã de sua morte evidenciam esse aspecto: “O que é a filosofia? Qual o papel e a utilidade da filosofia? Como se dá o processo de filosofar? O que significa dizer que a filosofia está rodeada de inimigos? O que a filosofia procura, e o que é a verdade?” (GIOVANAZ, 2016, p. 28).

No Bairro Santo Antônio, em que residia, Chiarello fundou uma associação de moradores, mas foi nas administrações municipais do PT em que sua ascensão enquanto

figura política se iniciou. De 1997 a 2004, as administrações petistas de José Fritsch e Pedro Uczai deram espaço à atuação de Marcelino como coordenador de Serviços Urbanos e do programa de Orçamento Participativo (OP) (*ibid.*).

Foi a partir de 2005 que iniciou sua carreira política definitivamente, o que aconteceu com a eleição para o Legislativo municipal, mesmo ano em que o Partido da Frente Liberal (PFL) assumiu a gestão de Chapecó. Por mais que estivesse filiado a um partido, este não o limitava, já que é frequente nos relatos das pessoas e nas narrativas aqui referenciadas, o caráter suprapartidário de Chiarello. Por outro lado, “Marcelino costumava falar em nome de um partido, uma ideologia, um sindicato, uma paróquia, uma associação: protegido pela coletividade, sentia-se seguro para agir segundo suas próprias convicções.” (*ibid.*, p. 14).

Por sua vez, Pedro Uczai diz que “Entre suas principais características estava a extrema solidariedade com seus companheiros, com os mais pobres, com os movimentos sociais, com a comunidade, com a Igreja e com sua categoria profissional.” (UCZAI, 2018, p. 32). Os relatos evidenciam a simplicidade e generosidade de Chiarello, mas também mostram sua ferocidade no tratamento de seus objetivos e na busca pela verdade.

Ele se encontrava na encruzilhada de diversos movimentos sociais e grupos reivindicatórios. Fazia parte e presidiu o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (SINTE-SC), além de ter congregado sua luta e liderança na configuração do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados de Chapecó (SITRACARNES). Ele apoiou a candidatura de uma chapa de oposição para as eleições do sindicato, entidade “[...] comandada há 21 anos pelo mesmo grupo político, liderado por Miguel Padilha e pelos irmãos Valdecir e Valdemir Stobe [ligados ao PSD].” (GIOVANAZ, 2016, p. 73).

Marcelino também incentivou os trabalhadores a buscarem melhores condições no ambiente de trabalho e de salário, bem como a luta pela qualidade do transporte público chapecoense, das condições de trabalho dos motoristas, além das licitações do transporte coletivo. Especialmente no ano de 2011, o que chama atenção é “[...] a força com que os professores apoiaram os motoristas, os trabalhadores das carnes apoiaram os agricultores, a luta pelo transporte de qualidade foi entendida como luta de todos.” (*ibid.*, p. 48).

Marcelino Chiarello se mostrou uma pessoa comprometida e preocupada com o exercício democrático e com a verdade durante sua vida pública. Sua disposição em questionar a realidade e seguir os passos de Dom José Gomes se assenta sobre os conturbados processos de ocupação pelos quais a Região Oeste de Santa Catarina passou. Os grupos sociais atingidos pelas mazelas de uma ocupação violenta e pelo avanço de uma fronteira

agrícola baseada na apropriação privada de terras já ocupadas e a consequente marginalização desses grupos expropriados produziram anseios, reivindicações e lutas dos quais Marcelino foi porta-voz, principalmente durante os anos em que foi vereador (CAPITANIO; RADIN, 2020).

### 3.2 O DIA DA MORTE: ELEMENTOS CONTEXTUAIS E O PROCESSO INVESTIGATIVO

Giovanaz (2016) descreve o dia da morte de Marcelino ressaltando elementos de tensão do vereador que se intercalavam com sua rotina de segunda-feira. Na manhã do dia 28 de novembro de 2011, Chiarello, após deixar a esposa em seu trabalho, ministrou aulas no Colégio Pedro Maciel, porém atendeu diversos telefonemas durante esse período. Conversou brevemente com a coordenadora pedagógica da escola, Vanda Casagrande, falou sobre o desejo de renunciar ao mandato de vereador e do medo que vinha sentindo após as denúncias que fez contra a gestão pública municipal.

Antes do final da manhã, Marcelino deixou a escola apressado em meio às aulas que ministrava, após receber um telefonema. Quando chegou em sua casa, mandou que o filho, Eduardo, fosse para a casa da avó, que morava perto. Foi ele quem primeiro encontrou o corpo do pai morto, enforcado no quarto, quando voltou para casa junto com sua mãe e a avó.

O caso foi tratado inicialmente como homicídio, com os laudos apontando para assassinato, com tentativa de simulação de suicídio. Desde então, passou por diversas reviravoltas que culminaram com o arquivamento do caso em 2015.

Sobre o processo investigativo, Uczai (2018) o divide em três partes: a primeira fase se refere aos três primeiros meses em que a investigação esteve com a Polícia Civil. Nessa época, a tese que orientava a investigação era a de homicídio. A segunda fase, por sua vez, coube ao MPSC, em que o órgão interveio nas investigações para ouvir gravações de suspeitos. É dessa fase que resultou a exumação do corpo de Marcelino para novos laudos. A terceira fase, por sua vez, é descrita por Uczai como sendo a pior de todas, justamente pela falta de informações e pela morosidade de respostas. Essa fase culmina no arquivamento do caso, atestando suicídio de Marcelino.

Desde a morte do vereador, diversos movimentos sociais da região se articularam no Fórum em Defesa da Vida, por Justiça e Democracia, antes Fórum dos Movimentos Sociais e Sindicais. O coletivo é composto por representantes da Universidade Federal da Fronteira Sul

– UFFS –, Unochapecó, pela Diocese de Chapecó e pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação – SINTE.

Com o fórum, diversas articulações e pressões passaram a ser exercidas, principalmente a partir de materiais produzidos e manifestações para que as autoridades acelerassem a investigação do caso e, quando da não evolução dele, o fórum se mobilizou para federalizar a investigação. Pode-se citar a criação de canções envolvendo Marcelino e a preponderância dos desmandos na região de Chapecó, além de acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que levam seu nome.

Ademais, o fórum também lançou um julgamento popular em 2016, que teve a participação de entidades políticas e judiciais, como do juiz maranhense Jorge Moreno. O julgamento aconteceu em alternativa ao arquivamento do caso, onde foram apresentados os laudos, inquéritos, processos e depoimentos, bem como o parecer médico-legal da equipe legista liderada pelo médico Daniel Romero Munõz, especialista em medicina legal, bioética, ética médica e identificação humana da Universidade de São Paulo (USP). Após o ato, ficou evidenciada a tese de homicídio.

### 3.3 AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

No ano de 2011, Marcelino Chiarello estava em seu segundo mandato de vereador na Câmara Municipal de Chapecó pelo PT, iniciado em 2009. Na ocasião, o Executivo municipal era comandado pelo prefeito José Claudio Caramori, do PSD. Caramori foi vice-prefeito de João Rodrigues<sup>1</sup>, então filiado ao Democratas (DEM)<sup>2</sup>, até 31 de março de 2010, quando renunciou para se candidatar a deputado federal. Caramori<sup>3</sup> assumiu os dois anos restantes do

<sup>1</sup> João Rodrigues foi vice-prefeito de Pinhalzinho pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), na região Oeste de Santa Catarina, de 1997 a 2000. No ano seguinte, elegeu-se prefeito para o mesmo município pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Seu mandato durou até 2002, quando deixou o mandato de prefeito para se candidatar a deputado estadual. Eleito para a 15ª Legislatura (2003-2007) da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), deixou o mandato no final de 2004 para concorrer à prefeitura de Chapecó, ainda pelo PFL, pleito que venceu. Em 2008, tendo José Claudio Caramori como vice em sua chapa, Rodrigues se reelegeu para prefeito pelo Democratas (DEM), mas deixou o cargo em 2010 para se candidatar para deputado federal pelo mesmo partido, pleito que lhe garantiu uma cadeira na 54ª Legislatura (2011-2015) da Câmara dos Deputados. Se reelegeu para deputado federal em 2014 para a 55ª Legislatura (2015-2019) pelo PSD. Em 08 de fevereiro de 2018, Rodrigues foi preso pela Polícia Federal (PF) ao tentar entrar no Paraguai com bilhete de passagem adulterado (GAZETA DO POVO, 2018, online). Ele foi condenado a 5 anos e 3 meses de reclusão em regime semiaberto por fraudar uma licitação de retroescavadeira quando era prefeito de Pinhalzinho. Em 2020, elegeu-se prefeito de Chapecó pelo PSD. (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2022)

<sup>2</sup> O partido Democratas (DEM) antes era o Partido da Frente Liberal (PFL), que foi o partido que governou durante o primeiro mandato de Chiarello, de 2005 a 2008. Nesse período o Executivo municipal também foi comandado por João Rodrigues.

<sup>3</sup> José Claudio Caramori foi vereador em Chapecó de 1993 a 1996 pelo PFL (TRE-SC, 2023). Em 2008 foi eleito vice-prefeito na chapa com João Rodrigues, em uma coligação entre o PSD e o DEM. Assumiu a chefia do Executivo em 2010, quando Rodrigues renunciou. Em 2012, Caramori foi reeleito para prefeito pelo PSD, onde

mandato como prefeito e, posteriormente, se elegeu como chefe do Executivo municipal por mais quatro anos.

As denúncias que Marcelino fez durante seus dois mandatos como vereador contra a gestão pública de Chapecó, de 2005 a 2011, encontram-se descritas nas narrativas de Uczai (2018), Capitanio (2018) e Giovanaz (2016).

Uczai (2018) lista as principais denúncias formalizadas pelo vereador, dentre elas: “O contrato sem licitação do transporte coletivo municipal; Licitação irregular das lombadas eletrônicas; Irregularidades na merenda escolar; Venda de terrenos públicos pela prefeitura de Chapecó; Problemas com as subvenções sociais do Estado [...]” (UCZAI, 2018, p. 21).

Uczai (2018), Giovanaz (2016) e Capitanio (2018), durante diversos momentos de suas narrativas, relacionam a corrupção às denúncias feitas por Chiarello durante sua vereança. Giovanaz (2016) assevera que a morte de Marcelino tem relação com as acusações que formalizou contra a gestão pública, uma vez que elas afetaram grupos políticos e econômicos ligados ao governo municipal:

Entre latifundiários, políticos e homens de negócio, eram muitos os que se sentiam prejudicados pela atuação política de Chiarello [...]. Ao denunciar casos de corrupção e instigar os trabalhadores a lutarem por seus direitos, o petista passou a ser considerado um entrave ao desenvolvimento do município. (GIOVANAZ, 2016, p. 71).

Uczai (2018), por sua vez, corrobora a ligação evidenciada por Giovanaz (*ibid.*), reiterando que

O vereador era um verdadeiro garimpeiro na busca de irregularidades e de práticas de corrupção em espaços públicos. Não tenho dúvida de que seu assassinato foi consequência de sua luta por direitos, ao lado dos movimentos sociais de Chapecó e da região, sempre em defesa do povo mais sofrido; foi decorrência das denúncias que abalaram o status quo, a ordem estabelecida na cidade. Tanto isso é verdade que o vereador se sentia ameaçado e inclusive havia avisado a pessoas mais próximas que temia por sua segurança pessoal. (UCZAI, 2018, p. 22).

Na mesma esteira, Capitanio (2018) constata que o medo e a preocupação de Marcelino podem estar relacionados às delações que o vereador fez durante seu mandato de vereador: “O cenário político conturbado em Chapecó, permeado pelas denúncias de corrupção direcionadas ao caso da subprefeitura do Bairro Efapi em Chapecó, feitas por Marcelino ao Ministério Público, podia explicar tal preocupação em Chiarello.” (CAPITANIO, 2018, p. 64). Dessa forma, a atuação política de Chiarello no sentido explicitado pelos três autores supracitados “[...] pode ter causado contrariedade em agentes

---

permaneceu até o final de 2015, quando renunciou para assumir a diretoria da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - Badesc. (DORI, 2022). Caramori também foi alvo das denúncias de Chiarello.



políticos do poder local. Chiarello atuou na fiscalização, na denúncia de corrupção que levaram agentes políticos ao indiciamento [...].” (*ibid*, p. 61).

Giovanaz (2016) aponta que “A incompatibilidade com os valores defendidos por aquela administração [de João Rodrigues] e a coragem de denunciar esquemas de corrupção na Prefeitura fizeram de Marcelino o principal nome de oposição em seus dois mandatos.” (GIOVANAZ, 2016, p. 14). Capitanio (2018), concorda com Giovanaz, dizendo que

Nos sete anos de mandato de vereador, Marcelino Chiarello foi o vereador, do grupo político estabelecido e liderado pelo ex-prefeito João Rodrigues, que mais fez enfrentamentos políticos, apontando problemas de ordem da execução das políticas públicas e denúncias de corrupção do governo municipal de Chapecó. (CAPITANIO, 2018, p. 49).

Nesse sentido, o segundo mandato de Chiarello ocorreu em um contexto em que o descontentamento e a luta popular vieram à tona, principalmente no que diz respeito às condições trabalhistas e salariais dos trabalhadores do transporte público municipal, das agroindústrias e do magistério público estadual: “Mais do que denúncias de corrupção feitas por um vereador contra adversários políticos, o ano de 2011 foi um momento de forte debate de políticas públicas e fortalecimento do poder popular.” (UCZAI, 2018, p. 49).

O autor ainda afirma que Marcelino se fazia presente diariamente na comunidade chapecoense, de preferência em bairros mais periféricos, e era das conversas informais depois do expediente que ele reunia as informações para formalizar as denúncias. No contexto político da época, as denúncias estiveram presentes no mesmo espaço em que se desenvolviam resistências e contestações dentro do município.

Um dos casos de denúncias envolvia o transporte coletivo de Chapecó. Marcelino denunciou fraudes nas planilhas de custos da empresa que controlava o transporte coletivo intraurbano na época. De acordo com Giovanaz (2016), os custos planilhados referentes aos salários pagos aos motoristas constavam como dobrados em relação ao que realmente eram. Além disso, Chiarello atuou fortemente quando da renovação dos contratos com as empresas Auto Viação Chapecó Ltda. e Transporte e Turismo Tiquin Ltda.

De acordo com o processo e com os relatos de Capitanio (2018), Uczai (2018) e Giovanaz (2016), a concessão do transporte público seria renovada por mais vinte anos sem os devidos encaminhamentos legais. Tratava-se de uma concessão irregular e com direcionamentos que privilegiavam as empresas que já atuavam no ramo e que detinham o controle sobre o transporte público da cidade. Daniel Giovanaz diz que, a partir das denúncias de Marcelino, o MPSC e o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), através do procurador-geral Mauro André Flores Pedrozo, passaram a investigar as supostas

irregularidades nas planilhas do transporte coletivo. De acordo com a gestão municipal da época, a concessão seria renovada porque as empresas estavam operando com saldo negativo, entretanto, o que amparava essa ideia eram as planilhas com valores fraudados.

Pedrozo foi, ao lado de Chiarello, um dos responsáveis por impedir a prorrogação do contrato entre a Prefeitura e as empresas de transporte coletivo do município [...]. O ex-procurador morreu em 9 de outubro de 2013, aos 50 anos - também cometeu suicídio, segundo o IGP/SC. (GIOVANAZ, 2016, p. 77).

Tal cenário levou ao desenvolvimento de uma greve da categoria de motoristas e cobradores, movimento que se somou à greve dos professores do magistério público estadual, uma das maiores em duração e participação. O movimento contou com o envolvimento de Marcelino, que era membro do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina - SINTE/SC, sindicato da categoria dos professores estaduais. A greve dos motoristas do transporte público de Chapecó ocorreu em junho de 2011, enquanto a dos professores durou de meados de maio até o dia 18 de julho daquele ano. De acordo com Cesar Capitano,

A greve do magistério estadual foi uma das maiores da história de Santa Catarina, e ocorreu no contexto em que o STF contrariou alguns governos estaduais, incluindo o governo de Santa Catarina, exigindo a aplicação da Lei Nacional do Piso do Magistério. Foi uma intensa mobilização da categoria dos professores, tanto em percentual como em dias paralisados (62 dias), bem como na articulação dos professores com a comunidade escolar. Marcelino foi protagonista em ambas as greves, em um cenário de recuperação eleitoral enquanto liderança política. (CAPITANIO, 2018, p. 53).

Outro ponto de enfrentamento de Marcelino foi a eleição do SITRACARNES, sindicato que conglomerava cerca de 3 mil pessoas na época. O sindicato representa os trabalhadores de agroindústrias de Chapecó<sup>4</sup>, setor que é marcado pela insalubridade, pelas jornadas de trabalho exaustivas e por inúmeras pessoas doentes, visto que a exposição ao perigo é grande, assim como os acidentes de trabalho<sup>5</sup>. Por 21 anos, o controle da entidade esteve ligado ao mesmo grupo político, “[...] liderado por Miguel Padilha e pelos irmãos Valdecir e Valdemir Stobe. Este último, conhecido como ‘Tigrão’, é vereador pelo Partido

<sup>4</sup> O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados de Chapecó (SITRACARNES) surgiu de divergências da direção eleita em 1988, quando existia somente o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação de Chapecó. Em 1988, devido à redemocratização e à pressão da organização civil e popular, uma chapa de oposição conseguiu se candidatar e venceu as eleições para o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação de Chapecó. Porém, devido a uma série de divergências internas entre os membros, cooptação de membros eleitos, mudança da composição da diretoria e processos judiciais, surge o SITRACARNES, encabeçado por Miguel Padilha. Assim, “[...] se manteve o Sindicato da Indústria da Alimentação de Chapecó sob a presidência de Elias Dechamps, que perde sua principal base que são os trabalhadores do processamento de carne, ficando os frigoríficos para o Sindicato dos Trabalhadores nas indústrias de Carnes e Derivados de Chapecó (SITRACARNES) que tem como presidente Miguel Padilha.” (OLIVEIRA, 2017, p. 30).

<sup>5</sup> Para mais detalhes, o documentário *Carne e Osso* pode se mostrar elucidativo. Disponível em: [https://youtu.be/imKw\\_sbfaf0](https://youtu.be/imKw_sbfaf0). Acesso em: 01 jun. 2023.

Trabalhista Brasileiro (PTB) desde 2009 e [foi] presidente da Câmara Municipal de Chapecó [durante o ano de 2010].” (GIOVANAZ, 2016, p. 73).

O grupo de Padilha permanecia na direção do sindicato em virtude de uma “desistência aconselhada” de parte da diretoria quando as eleições se aproximavam, o que, segundo o regimento sindical, obrigava a escolha de representantes em assembleia e, dessa forma, o trio petebista continuava no controle. Isso mudou a partir de 2010, quando em meio a diversas ameaças e violências simbólicas, uma chapa de oposição, apoiada por Marcelino, venceu as eleições para o sindicato em questão.

Por outro lado, Valdemir Stobe, segundo os relatos, era uma das pessoas temidas por Marcelino e do qual o vereador realmente esperava retaliação, assim como de João Carlos Scopel, dono da empresa Autoviação Chapecó Ltda. (*ibid.*).

Ainda de acordo com o mesmo autor, o caso das lombadas eletrônicas, ocorrido em 2009, também teve envolvimento de Marcelino Chiarello. O vereador questionou o estudo para implantação das lombadas em Chapecó. Como consequência, o então prefeito João Rodrigues e Eliseu Kopp, dono da empresa Eliseu Kopp & Cia, vencedora da licitação, tiveram que devolver cerca de 9 milhões de reais aos cofres públicos. (*ibid.*; DEBONA, 2011, online *apud* UCZAI, 2018).

Em 2009 também ocorreu o caso de corrupção envolvendo o então prefeito João Rodrigues e a licitação da merenda escolar, esquema denunciado por Chiarello, relatado em Uczai (2018), Giovanaz (2016) e Capitania (2018). De acordo com Capitania (*ibid.*), que traz mais detalhes referentes à denúncia feita por Marcelino, as escolas municipais solicitavam à Nutriplus, empresa terceirizada que venceu a licitação, uma quantidade de comida maior do que o número de alunos. Os prejuízos, segundo o mesmo autor, ficaram na casa dos 7,8 milhões de reais. Foram indiciados o então prefeito João Rodrigues e a secretária de educação Astrit Savaris Tozzo.

Próximo à morte de Chiarello, as denúncias feitas por ele contra a Prefeitura Municipal levaram ao afastamento do superintendente da subprefeitura do Bairro Efapi, Dalmir Pelicioli, do PSD, conforme narrativas de Uczai (2018), Giovanaz (2016) e Capitania (2018). Pelicioli havia sido reeleito vereador em 2008, mas comandava a subprefeitura desde 2005. Giovanaz (2016), diz que nessa época Chapecó contava com três subprefeituras, com seus líderes escolhidos pelo prefeito municipal, à época José Claudio Caramori (PSD). As irregularidades ocorriam com as subvenções sociais do governo estadual, que eram destinadas às associações de moradores das comunidades, cujo intermédio, nesse caso, era feito pela subprefeitura do Bairro Efapi:

Através das subvenções sociais, o Governo de Santa Catarina aplica os recursos acumulados no chamado Fundo Social, provenientes de doações, deduções de impostos de pessoas jurídicas e financiamentos de empresas públicas e privadas. O Fundo foi criado em 2005 para incentivar "programas e ações de desenvolvimento, geração de emprego e renda, inclusão e promoção social". O órgão responsável por administrar a verba é a Secretaria Executiva de Recursos Desvinculados da Secretaria da Casa Civil, comandada à época pelo economista Celso Antônio Calcagnotto, indicado pelo governador Raimundo Colombo, também do PSD. (GIOVANAZ, 2016, p. 39).

O esquema se estruturava da seguinte forma: determinada associação de moradores recebia o cheque com o valor da subvenção social. Em seguida, Dalmir Pelicioli fazia com que a associação doasse o valor para outras associações ou comunidades que não haviam recebido o valor em virtude de não possuírem toda a documentação necessária. A associação que havia recebido o cheque depositava-o em nome de Salete Busnello da Silva, assessora de Pelicioli, com a promessa de que, regularizada a situação das entidades que não haviam recebido o dinheiro, seria efetuada a devolução do mesmo para a associação original. Esse ressarcimento nunca ocorreu. Uczai (2018), diz que

Nas prestações de contas haviam notas de compra de grama, por exemplo, em comunidades que compraram cadeiras, notas de espetos, onde foram compradas cercas, etc. Dalmir manteve-se como cargo de confiança do prefeito de Chapecó, José Cláudio Caramori, bem como do ex-prefeito, João Rodrigues, [...] [então] Secretário de Agricultura do estado de SC e Deputado Federal eleito, mesmo após 18 meses de ciência do caso, com as denúncias formalizadas no Ministério Público e na ouvidoria do Estado de SC. (UCZAI, 2018, p. 53).

Marcelino juntou provas, denunciou o esquema de corrupção e o MPSC determinou o afastamento de Pelicioli da subprefeitura, que ocorreu no dia 21 de novembro de 2011. Uma semana antes da morte do vereador, as sessões na Câmara Municipal de Chapecó foram intensas, com falas de crítica ao retorno de Pelicioli à casa legislativa - uma vez que foi afastado da subprefeitura, ele teve que voltar ao mandato de vereador (CAPITANIO, 2018). Além da denúncia no caso Pelicioli, Marcelino estaria reunindo provas e documentos com a finalidade de comprovar que o esquema das subvenções era estadual e que envolveria o deputado estadual Gelson Merísio, à época filiado ao Partido da Frente Liberal (PFL) e presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC):

Chiarello acreditava que a confirmação dos desvios das subvenções na Efapi fosse suficiente para provar um esquema de corrupção orquestrado dentro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) para financiar as campanhas eleitorais do PSD. (GIOVANAZ, 2016, p. 42-43).

Na semana do dia 28 de novembro de 2011, Chiarello pretendia formalizar mais denúncias. Uma delas dizia respeito à venda irregular de terrenos públicos pela prefeitura, que tinha José Cláudio Caramori, do PSD, à sua frente. De acordo com Jandir Santin e Simone Marcon, amigos de Marcelino entrevistados por Daniel Giovanaz,

“Era um leilão que estava acontecendo às escuras, tudo pela especulação imobiliária. Ele visitou os terrenos com a gente e, uns dias antes de morrer, disse que estava tudo pronto pra barrar o leilão”, explica Santin. Os dois sugerem que a maior parte dos terrenos ficava no bairro Efapi, e lamentam que a documentação reunida pelo vereador tenha sido extraviada desde então. (GIOVANAZ, 2016, p. 79).

Uma outra denúncia que Marcelino pretendia fazer naquela semana estava ligada à recém-criada gerência de assuntos indígenas pela Prefeitura Municipal, que formalizava a contratação de caciques como funcionários da prefeitura e o consequente pagamento de salários. Marcelino pretendia denunciar tais ações por considerá-las formas de cooptação das lideranças indígenas em troca de apoio político (*ibid.*). Além disso, Giovanaz (2016), diz que “Vinte dias antes de morrer, o petista ainda apontou indícios de superfaturamento na construção de uma passarela na avenida Attilio Fontana, que teria custado quase R\$500 mil aos cofres da Prefeitura.” (*ibid.*, p. 72).

A partir dos relatos de Uczai (2018), Capitano (2018) e Giovanaz (2016), constata-se que o combate à corrupção estava no centro da atuação política e social de Marcelino. Como dizem Capitano (2018) e Giovanaz (2016), Marcelino representava a oposição aos governos municipais de João Rodrigues e José Cláudio Caramori. Além disso, as denúncias feitas por Chiarello estavam colocando-o em ascensão, visto que ele saiu da representação de um “vereador que comprava muitas brigas”, como escreveu Darci Debona na edição de 17 de dezembro de 2011 do Diário Catarinense, para a imagem de alguém que poderia ter razão e, portanto, credibilidade no teor de suas denúncias.

Outrossim, a atuação de Marcelino se pautava pelas suas bases política e religiosa influenciadas pelo bispo Dom José Gomes, através da Teologia da Libertação. Pode-se perceber, nesse sentido, uma intensificação dos embates entre Marcelino e o poder público local, com crescente acirramento do centro de poder. Soma-se a isso o evento de sua morte no contexto de suas denúncias que tinham como mote a prática de corrupção no ambiente político da cidade de Chapecó, conforme os autores trabalhados.

Todos esses elementos compõem o cenário em que a morte de Marcelino ocorreu. Somam-se a ele a preocupação visível do vereador na semana que antecedeu sua morte e que se agravou na manhã do óbito. Tal característica é citada por quase todas as pessoas ouvidas

durante o processo e estão amplamente documentadas nas obras supracitadas de Uczai (2018), Giovanaz (2016) e Capitanio (2018). Desde sua esposa, Dione, seus colegas de bancada e de partido na Câmara de Vereadores, passando pelos alunos e pela coordenadora pedagógica da escola em que atuava, até o filho, Eduardo, relataram comportamento atípico de Marcelino na semana que antecedeu o dia 28 de novembro de 2011.

A esposa, Dione Chiarello, relatou inquietação dos dois na madrugada de domingo para segunda e um medo constante de Marcelino de que seria retaliado pelas suas ações na política e na sociedade chapecoense (GIOVANAZ, 2016). Da mesma forma, os colegas de partido relataram medo e um certo arrefecimento de Chiarello no final de semana que antecedeu a morte do vereador, que demonstrava medo pelo que poderia lhe acontecer. Momentos antes da morte do vereador, o filho de Marcelino, Eduardo, que estava em casa dormindo quando o pai chegou em horário anormal, relatou que Chiarello o mandou para a casa da avó, que ficava perto.

Eduardo cumpriu a ordem sem questioná-lo. “Muito nervoso, estressado”, foi como descreveu o estado de ânimo de Marcelino minutos antes da morte, conforme registrado no inquérito: “Acho que ele sabia o que ia acontecer, ele estava me protegendo”. (GIOVANAZ, 2016, p. 32).

Nas narrativas, este medo e comportamento atípicos de Marcelino aparecem associados às denúncias que o vereador vinha fazendo contra a gestão pública, especialmente no ano de 2011, além do envolvimento dele em setores e sindicatos que até então eram hegemonicamente dominados por pessoas pertencentes ao mesmo grupo político, como foi o caso do SITRACARNES

### 3.4 AS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO E A VIOLÊNCIA À LUZ DAS TEORIAS

Na concepção deste trabalho, o alvo de Marcelino - as práticas de corrupção na gestão pública de Chapecó - coincide com os elementos descritos por Miranda (2018) quanto às práticas corruptas. A prática de corrupção, segundo o autor supracitado, está ligada a trocas entre indivíduos ou grupos que detêm poder político ou econômico (*ibid.*).

Assim, a corrupção envolve a troca de serviços, presentes ou propinas, sendo que a propina pode servir à: i) efetivação de transações eficientes; ii) como incentivos; e iii) para reduzir custos indesejados com impostos e encaminhamentos burocráticos. Um quarto aspecto referente às propinas diz respeito às atividades criminosas: “[...] negócios ilegais frequentemente compram benefícios corruptos do Estado. Em casos extremos, estes negócios

ilegais e os chefes do crime organizado dominam a polícia e outras partes do Estado por meio da corrupção e da intimidação.” (*ibid.*, p. 255).

Nessa seara, de acordo com Feil *et al.* (2022), uma das características da corrupção, e que pode ajudar a explicar suas origens, está na identificação crônica entre patrimônio público e privado por agentes públicos. Dessa forma,

[...] a corrupção não é um fenômeno recente no país, tendo suas origens advindas do tempo da colonização moldando uma sociedade violenta [...]. O uso indevido do patrimônio estatal gera inúmeras consequências e danos ao coletivo que, pela essencialidade do serviço que é prestado pelo Estado, acaba por ser mais impactantes naqueles que menos possuem e que mais precisam. (FEIL *et al.*, 2022, p. 58666).

Daí advém o aspecto da violência, face da mesma moeda da corrupção. De acordo com Miranda (2018) e Feil *et al.* (2022), violência e corrupção estão ligadas no sentido de uma prática levar a outra. A prática de corrupção tem como mote uma violência implícita, nem sempre perceptível como física, por mais que esta última não deixe de existir. O exercício da violência está relacionado a um grupo dominante social, política ou economicamente:

Assim, não [se] limita a violência apenas ao aspecto da agressão física, uma vez que se compreende que ela pode atingir espectros bem amplos de desdobramentos, pautados em exercícios de uma “força” ou poder, de um indivíduo ou grupo de indivíduos sobre outros. (FEIL *et al.*, 2022, p. 58666).

Nesse sentido, a prática de corrupção está associada à violência que ocorre quando um recurso ou serviço é acelerado ou deixa de ser oferecido mediante pagamento, que pode ou não ser financeiro (MIRANDA, 2018). A violência se expressa quando o desvio desses recursos ou serviços deixam de atingir seus alvos primários, que são, geralmente, parcelas menos favorecidas da sociedade e que, dada a desigualdade social e econômica acentuada no Brasil, necessitam mais de serviços do Estado (FEIL *et al.*, 2022). Dessa forma,

[...] a consequência que acaba decorrendo da prática de corrupção, expande as desigualdades sociais que acabam por viabilizar diversas possibilidades para que outros tipos de atos criminosos e violentos sejam cometidos, os quais poderiam ter sido evitados se o bem coletivo não tivesse sido usurpado. (*ibid.*, p. 58666-58667).

À vista disso, Hass (2016) mostra que o domínio de determinados grupos políticos e econômicos sobre as instituições do Estado existiu antes e durante o coronelismo tradicional, que terminou em 1930, mas que se renovou na democratização anterior à ditadura militar, durante o tecnocratismo do regime militar e na redemocratização ocorrida a partir de 1985.

A autora ressalta que as práticas políticas dos grupos dominantes se reconfiguram com o passar do tempo, considerando as transformações que adentraram o cenário chapecoense,

permanecendo os aspectos da corrupção enquanto instrumentos de manutenção do coronelismo e do neocoronelismo. Assim, “Diante do forte traço autoritário do Estado e da forma como práticas políticas resultantes do sistema coronelista estão enraizadas na ossatura do Estado e na sociedade, os novos personagens políticos acabam se acomodando e se reajustando a elas.” (HASS, 2016, p. 323).

Capitanio (2018) corrobora a tese supracitada, ressaltando que até 1950, ano em que ocorreu o linchamento, a configuração social, política e econômica de Chapecó apontava para a hegemonia coronelista:

Porém, novas estratégias de poder indicam que as “elites chapecoenses” se rearticularam [...]. A direita política chapecoense, sob diversas formas e estratégias de poder, governou na maior parte do tempo, de 1917 a 1996. Teve variações nas nomenclaturas dos partidos, passando por PSD, ARENA, PDS, PPB, PFL, sendo poucas vezes intercalada por governos mais alinhados ao centro, como o PTB e o MDB/PMDB. (CAPITANIO, 2018, p. 32).

E continua, dizendo que as tentativas de ruptura desse sistema foram historicamente reprimidas. Assim,

[...] o linchamento de 1950, a cassação do prefeito Sadi de Marco em 1964, as ameaças feitas ao Bispo Dom José Gomes na década de 1980, a tentativa de cassação do prefeito José Fritsch em 1998, e a ameaça ao Bispo Dom Manoel Francisco em 2007, demonstram que não precisa se igualar os contextos para entender como existem artifícios [...] em que o modelo mandonista de sociedade tentou prevalecer. (*ibid.*, p. 41).

É nessa leitura que, para este trabalho, a morte de Marcelino Chiarello se insere. Neste caso, segundo os relatos de Giovanaz (2016) e Uczai (2018), Marcelino lidou com artifícios e instrumentos dos quais os grupos políticos e econômicos dominantes na cidade de Chapecó se utilizam para garantir a permanência e renovação do seu poder. Esses instrumentos e artifícios referem-se às práticas corruptas que Chiarello denunciou, principalmente no seu último ano de vida.

Por outro lado, os relatos e as entrevistas coletadas pelo jornalista e historiador Daniel Giovanaz, nomeiam sempre seis suspeitos da autoria da morte de Marcelino. O autor ainda fala sobre a convocação de algumas pessoas da cidade para prestarem depoimento, a exemplo de João Carlos Scopel, dono da empresa Auto Viação Chapecó Ltda, João Rodrigues, ex-prefeito de Chapecó e deputado federal na ocasião (GIOVANAZ, 2016). Segundo Daniel Giovanaz,

O empresário João Carlos Scopel era o nome mais recorrente nos documentos reunidos pelo petista. Dono da empresa Auto Viação Chapecó, que possui a maior frota da cidade, ele foi chamado a prestar depoimento em



23 de janeiro de 2012 e "disse saber de rumores que lhe imputam participação na morte de Marcelino Chiarello". (*ibid.*, p. 77).

Quanto a João Rodrigues, cuja gestão municipal era caracterizada por Marcelino como sendo “o governo mais corrupto da história de Chapecó [...]” (*ibid.*, p. 72), sua convocação para interrogatório resultou em um depoimento em que o ex-prefeito negou qualquer ligação com a morte do vereador, com o qual mantinha somente relações profissionais, segundo Rodrigues (*ibid.*).

Apesar de os suspeitos ouvidos pela polícia negarem qualquer tipo de envolvimento no caso, os autores das narrativas deste trabalho (UCZAI, 2018; GIOVANAZ, 2016; CAPITANIO, 2018) reiteram a ligação entre as denúncias de corrupção na gestão pública feitas por Marcelino e a sua morte.

Giovanaz (2016) ressalta que durante seus dois mandatos, Marcelino atuou em diversas frentes, porém grande parte de seu trabalho foi dedicado à luta contra a corrupção na administração pública municipal. Suas denúncias disseram respeito ao caso das lombadas eletrônicas, onde foram apontadas irregularidades no edital da prefeitura, ao caso da licitação da merenda escolar das escolas municipais, o caso das subvenções do Fundo Social, que resultaram no afastamento do subprefeito do Bairro Efapi. Além disso, houve o caso de fraudes nas planilhas de custos da empresa Auto Viação Chapecó, denúncia empreendida por Chiarello e cuja frente investigativa foi tomada pelo procurador-geral do Ministério Público, Mauro André Flores Pedrozo, que foi encontrado morto em outubro de 2013, aparentemente por suicídio.

De acordo com a perspectiva histórica trazida por Silva e Rigo (2019), se encara a política local como uma continuidade das relações de violência que se rearranjam de tempos em tempos. Assim, tem-se “[...] a permanência tanto de violência física quanto simbólica como elemento fundante e fundamental para a história política regional.” (SILVA; RIGO, 2019, p. 48).

A esse contexto, pode-se somar a fala de Claiton Márcio da Silva e Monica Hass no documentário *A Conquista*, produzido em 2014 pelo curso de Jornalismo da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó. Nele, Silva fala que

A questão do Marcelino [...] é emblemática, porque o Marcelino era justamente alguém que está fora desse círculo político, dessa tradição... Não eram poucas as pessoas que poderiam ter interesse nisso [no silenciamento de Marcelino] (ARRUDA; PIRES, 2014).

Da mesma forma, complementa Hass:

É difícil não dizer que a morte do Marcelino está inserida num contexto de uma política que ainda se coloca como uma política ligada a um forte mandonismo local. [...] Então, quando eu acompanho a forma como foi organizado e como se deu o processo, o inquérito e o próprio julgamento que aconteceu no linchamento, com todos os fatores envolvidos, com todas as pessoas envolvidas, com todas as forças envolvidas na época [de 1950] e percebo as mesmas coisas acontecendo hoje, em 2013, eu chego à conclusão que o mandonismo está mais forte do que nunca nessa cidade, e não só nessa cidade, no próprio estado, na forma como se continua fazendo política (ARRUDA; PIRES, 2014).

Tem-se, assim, uma estrutura rearranjada ao longo do tempo que se baseia no mandonismo local e que evidencia, em seu funcionamento, a manutenção do poder político de determinados grupos que tradicionalmente detêm o poder local. Ao mesmo tempo, esses grupos mantêm uma corrente de relações e influências que extrapola os limites municipais e, por isso, se renova, uma vez que está vinculada à estrutura política estadual e nacional que possibilita a continuidade do poder organizado.

Para se manterem no poder, esses grupos utilizam-se de diversos instrumentos, um deles sendo as práticas de corrupção e de troca de favores, o que torna parcelas da população cativas, além do diálogo com parcelas mais abastadas. Assim, conseguem manter o apoio político de diversos estratos sociais. Outras formas de manutenção desse poder incluem a violência física e simbólica contra opositores, a coação política e os currais eleitorais (*ibid.*).

Tal perspectiva está amparada na bibliografia sobre a colonização do município de Chapecó, bem como na presença de uma estrutura que antes era coronelista, baseada no uso da violência explícita, física e simbólica, e, posteriormente, neocoronelista, baseada, na atualidade, em um sistema clientelístico nacional. Nesta transformação, a prática de corrupção constitui-se enquanto importante instrumento do qual as elites econômicas e políticas dispõem para alcançar seus objetivos.

A morte de Marcelino tende a reverberar nesse arcabouço coronelista e neocoronelista, uma vez que sua atividade política trouxe à tona supostos casos de corrupção. Por outro lado, suas denúncias requisitaram grupos e/ou indivíduos que historicamente estão ligados a uma rede de poder presente na cidade e que permanece através de transformações políticas e econômicas. Soma-se a isso os elementos já citados da morosidade do processo investigativo do caso, a discrepância entre os laudos e os esforços não correspondidos dos movimentos que se firmaram em torno da morte de Marcelino, além do cenário nebuloso e contraditório após o evento.

No suporte bibliográfico explorado durante este capítulo, a corrupção caracteriza a atuação dos grupos sociais, políticos e econômicos dominantes no sentido de utilizarem o

peso da máquina pública em favor de benefícios privados, prática que caracteriza a corrupção. Por sua vez, as práticas de corrupção estão indissociavelmente ligadas ao exercício da violência por esses mesmos grupos. Destarte, tem-se que, historicamente, os grupos dominantes política e economicamente em Chapecó utilizaram-se da corrupção como meio para atingir seus objetivos.

Exemplo dessas práticas incluem as formas de manutenção e propagação no poder local, além de práticas consideradas ilícitas e danosas à coletividade, como foi o caso da merenda escolar, que levou a um prejuízo de 7,8 milhões de reais (CAPITANIO, 2018). O caso foi denunciado por Marcelino e levou ao indiciamento do então prefeito João Rodrigues e da secretária de educação, Astrit Tozzo, além dos demais casos explicitados por Uczi (2018), Giovanaz (2016) e Capitano (2018). Percebe-se, a partir destes elementos, uma relação entre as práticas mandonistas que se utilizam da corrupção e, conseqüentemente da violência, para garantirem a realização das vontades de seus aliados políticos e econômicos, o que configura uma relação de trocas, como diz Miranda (2018).

Neste meio, a figura de Marcelino Chiarello surge questionando elementos que evidenciam as práticas de corrupção relacionadas à gestão pública municipal e que envolvem pessoas do setor privado, como no caso da licitação das lombadas eletrônicas e do transporte público. Além disso, pessoas do corpo administrativo também estão ligadas às denúncias feitas pelo vereador, como a supracitada secretária de educação, bem como no caso dos desvios das subvenções sociais do estado pelo subprefeito do Efapi, além dos prefeitos João Rodrigues e José Claudio Caramori.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso teve por objetivo analisar as narrativas de Uczai (2018), Giovanaz (2016) e Capitano (2018) em torno da morte de Marcelino Chiarello, buscando investigar possíveis relações entre a sua morte e as denúncias feitas por ele sobre corrupção na gestão pública municipal, durante os seus dois mandatos como vereador. Para tanto, considerou-se que as práticas corruptas estão em íntima relação com o exercício da violência, fatores que compõem o arcabouço instrumental coronelista e neocoronelista, elementos da permanência mandonista na cidade de Chapecó.

Mediante esses aspectos, foi possível fazer o levantamento das fontes bibliográficas que compõem a base teórica coronelista, neocoronelista e mandonista, acrescentando-se a isso o enfoque que foi dado sobre a corrupção e a violência, com vistas a caracterizar as práticas políticas dos coronéis e neocoronéis. Além disso, foram elencadas e analisadas as fontes narrativas que tratam do Caso Chiarello, em que se evidenciam elementos para pensar a relação entre a atuação política de Marcelino e sua morte, principalmente porque o mote de sua vereança foi a denúncia de corrupção na gestão pública municipal.

No primeiro capítulo, fundamentou-se teoricamente o arcabouço coronelista e neocoronelista, bem como suas práticas de dominação, procurando fornecer um aparato teórico que contextualizasse a morte de Marcelino Chiarello dentro do desenvolvimento histórico da Região Oeste de Santa Catarina. Ademais, procurou-se direcionar o debate a partir do enfoque sobre corrupção, buscando lançar bases para a análise da morte do vereador como resposta ao seu questionamento frente a estamentos de poder do município de Chapecó.

No segundo capítulo, foram evidenciados os principais aspectos concernentes à trajetória de vida de Marcelino, sua base de formação, concepções ideológicas ligadas à vida na igreja e à Teologia da Libertação, bem como, uma rápida descrição do dia da sua morte. Entretanto, o foco da discussão é o desenvolvimento do processo investigativo que fornece suporte para a discussão das denúncias contra agentes públicos e privados das gestões de João e Rodrigues e José Claudio Caramori feitas pelo vereador a partir das narrativas de Uczai (2018), Giovanaz (2016) e Capitano (2018). Levando esses aspectos em consideração, foi possível relacionar o aspecto das denúncias com as teorias sobre corrupção e com as relações de poder mandonistas, que tem nas práticas corruptas um dos principais instrumentos para a consolidação de seus objetivos. Constata-se, ainda, que a violência dá a tônica das práticas de corrupção.

Entende-se que a inserção deste trabalho se dá no âmbito da contribuição ao trabalho pioneiro de Hass (2013), trazendo, por sua vez, acréscimo relevante ao relacionar a morte de Marcelino Chiarello ao contexto neocoronelista no cenário de questionamento aos grupos políticos e econômicos dominantes por meio das denúncias de corrupção. Vale ressaltar que a prática de corrupção foi interpretada como um dos principais instrumentos utilizados pelos grupos mencionados para a manutenção do *status quo*, através da estrutura clientelista de caráter nacional trazida por Carvalho (2001) e corroborada por Hass (2016).

Tendo em vista o estudo inicial empreendido no presente trabalho, objetiva-se a continuidade, aprofundamento e refinamento da investigação acerca da relação entre corrupção e violência enquanto prática mandonista historicamente assentada na região Oeste de Santa Catarina. Nesse sentido, as investigações encontram potencial investigativo frente à formulação de um conceito de neocoronelismo que abarque as práticas de corrupção enquanto instrumento de manutenção do poder do grupo dominante política e economicamente e que se adeque à realidade da região Oeste de Santa Catarina. Outro aspecto a ser detalhado em futuras investigações diz respeito ao desdobramento investigativo por parte do Ministério Público acerca das denúncias sobre corrupção na gestão pública municipal feitas por Marcelino Chiarello.

Pessoas próximas a Chiarello foram ameaçadas após a sua morte, evidenciando aspectos do que pode ser interpretado como uma espécie de aviso para o silenciamento sobre o crime, prática comum referenciada pela literatura acerca do coronelismo e neocoronelismo, principalmente por Victor Nunes Leal, José Murilo de Carvalho e Monica Hass, ao tratar do contexto do oeste catarinense. A continuidade desses elementos impregnados na estrutura da sociedade chapecoense possibilita investigação acerca do estudo das elites locais. Além disso, a disputa de narrativas acerca das denúncias feitas por Chiarello em contraposição aos posicionamentos do Ministério Público oferece potencial investigativo frente à força que os mecanismos mandonistas tendem a manifestar.

Em suma, o Caso Chiarello tende a se inserir em uma cadeia de acontecimentos que se sucedem de tempos em tempos na sociedade chapecoense. Retomando Silva e Rigo (2019), é possível perceber a presença contínua de relações de violência que se articulam de acordo com os interesses das classes dominantes, inseridas em grupos sociais ligados historicamente aos coronéis e, posteriormente, aos chamados novos coronéis ou neocoronéis.

Por fim, tendo, em tese, o presente trabalho alcançado o objetivo proposto, espera-se que possa contribuir para o enriquecimento teórico acerca da temática abordada, tendo-se em vista a permanência de políticas de violência que fazem vítimas dentro e fora do Brasil

quando instâncias de poderes políticos e econômicos são questionadas em virtude de práticas danosas à sociedade, a exemplo da corrupção. Outrossim, as lutas do Fórum em Defesa da Vida, por Justiça e Democracia oferecem amplo arcabouço com potencial investigativo, uma vez que se colocam como contraponto às tentativas de perpetuação da violência que advém enquanto consequência de questionamentos aos estamentos de poder.

## 5. REFERÊNCIAS

A CONQUISTA. Filme de Camila Arruda e Julherme J. Pires. Caju Líquida: Projeto Experimental II/ Curso de Jornalismo da Unochapecó, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KelhclWnOj0>. Acesso em: 27 dez. 2022.

ARRUDA, Luiz Gustavo Lima. Apontamentos sobre mandonismo, coronelismo e clientelismo: continuando o debate conceitual. **Simpósio nacional de história**, XXVII, p. 01-18, 2013. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1390337697\\_ARQUIVO\\_Apontamentos.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1390337697_ARQUIVO_Apontamentos.pdf). Acesso em: 02 ago. 2022.

BONATO, Massimo. A micro-história e a metodologia qualitativa de pesquisa. **Anais do III Encontro Nacional Do GT História das Religiões e das Religiosidades–Anpuh**, 2011. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf8/ST3/001%20-%20Massimo%20Bonato.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2023.

BURGOS, Marcelo Baumann. Cidade, territórios e cidadania. *In: Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, n° 1, 2005.

CAPITANIO, Cesar. **Marcelino Chiarello**: reflexões de uma trajetória de vida e significados de uma morte trágica. Chapecó: UFFS, 2018. 122 p.

CAPITANIO, Cesar; RADIN, José Carlos. Marcelino Chiarello. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 36, p. 175-189, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/11730/7597>. Acesso em: 03 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. Narrativas sobre a morte do vereador Marcelino Chiarello, um ativista de Direitos Humanos. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 41, p. 147-168, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/13148>. Acesso em: 17 maio 2023.

CARVALHO, José Murilo de. As metamorfoses do coronel. **Política Democrática**: revista de política e cultura, Brasília, v. 1, n. 1, p. 15-21, jan. 2001. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12606198/as-metamorfoses-do-coronelismo-ifcs>. Acesso em: jan./abr. 2022.

\_\_\_\_\_. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, v. 40, p. 229-250, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/bTjFzwWgV9cxV8YWnYtMvrz/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2022.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. Coronelismo e neo-coronelismo: eternização do quadro de análise política do Nordeste?. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 3, n. 2, 1987.

CESAR, Euclides. A política da Primeira República em "Coronelismo, enxada e voto", de Victor Nunes Leal. **Revista de Ciências do Estado**, v. 6, n. 1, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revise/article/view/e32492>. Acesso em: 02 fev. 2023.

DA SILVA, Tiago Arcego. Dom José Gomes e a Metodologia Popular dos Grupos de Reflexão na Diocese De Chapecó-SC. **Revista Teopraxis**, v. 39, n. 133, p. 50-60, 2022. Disponível em: <http://revista.itepa.com.br/index.php/teopraxis/article/view/126/203>. Acesso em: 10 jun. 2023.

DA SILVA, Claiton Marcio; RIGO, Carla Aparecida. Da conciliação trabalhista à resistência brizolista: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na região Oeste de Santa Catarina (1950-1965). **Revista Cadernos do Ceom**, v. 32, n. 50, p. 47-57, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22562/2019.50.04>. Acesso em: 29 maio 2023.

DAVIS, Natalie Zemon; GARRAYO, M. Ferrandis. Las formas de la historia social. **Historia social**, p. 177-182, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40340282>. Acesso em: 02 jan. 2023.

DE AZEVEDO, Mauro Lopes. Coronelismo e neocoronelismo, uma revisão. **Khóra: Revista Transdisciplinar**, v. 1, n. 1, 2014.

DE SOUSA, João Morais. Discussão em torno do conceito de coronelismo: da propriedade da terra às práticas de manutenção do poder local. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 11, n. 2, 1995.

DINIZ, Eli. **Voto e máquina política**: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

DORI, Bruno Pace. **José Caramori substituirá Fabiana Rodrigues como pré-candidato**. Portal DI Regional, Chapecó, 12 maio 2022. Disponível em: <https://diregional.com.br/diario-do-iguacu/colunistas/ronda-politica/2022-05-12-jose-caramori-substituira-fabiana-rodrigues-como-pre-candidato>. Acesso em: 09 jul. 2023.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. 949 p.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14ª ed. São Paulo: Edusp, 2009. 688 p.

FEIL, Daniel; GOLEMBIEWSKI, Carlos; MELLER, Vanderléa Ana. Corrupção e violência: uma análise da situação no Brasil. **International Journal Of Development Research**, [s.l.], v. 12, n. 9, p. 58664-58669, set. 2023. Disponível em: <http://www.journalijdr.com/sites/default/files/issue-pdf/25308.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Unesp, 1997. 252 p.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Editora Companhia das Letras, 2017. 256 p.

GIOVANAZ, Daniel. **Quem matou Marcelino?**. Chapecó: Editora Maruim, 2016. 240 p.

\_\_\_\_\_. Pressões, ameaças, confidências: quem matou vereador catarinense Marcelino Chiarello? **Brasil de Fato**, 2016. Disponível em:



<https://www.brasildefato.com.br/2016/11/30/pessoas-ameacas-e-confidencias-quem-matou-marcelino-chiarello/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

GUAZI, Taísa Scarpin. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 2, 2021.

HASS, Monica. Do coronelismo tradicional ao novo coronelismo: reflexões a partir do cenário político e social do oeste de Santa Catarina. In: RADIN, José Carlos *et al* (orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. Cap. 15. p. 318-332.

Disponível em:

<https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/editora-uffs/repositorio-de-e-books/historia-da-fronteira-sul-pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

\_\_\_\_\_. **O linchamento que muitos querem esquecer**. Chapecó: Editora Argos, 2013. 182 p.

\_\_\_\_\_. **Os partidos políticos e a elite Chapecoense: um estudo de poder local-1945 a 1965**. Chapecó: Argos, 2001. 372p.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **Coronelismo: uma política de compromissos**. 1986. 85 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. 315 p.

LEAL, Rogério Gesta. Corrupção, governo e mercado: perversidades de relações clientelísticas. **Novos Estudos Jurídicos**, v. 22, n. 3, p. 877-898, 2017. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/12109>. Acesso em: 01 jul. 2023.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª ed. Editora Companhia das Letras, 2012. 180 p.

LEANDRO, Everaldo Gomes; PASSOS, Cármen Lúcia Brancaglioni. O paradigma indiciário para análise de narrativas. **Educar em Revista**, v. 37, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/hk9sxtYY6BCfcHxwYm3Q8zB/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 05 jan. 2023.

LEITE, Augusto Bruno de Carvalho Dias. Os Donos do Poder: sobre a origem da nação brasileira. **Temporalidades**, v. 5, n. 2, p. 34-45, 2013.

LIMA, Gabriel. Deputado federal de SC João Rodrigues é preso pela Polícia Federal no Paraguai. **Gaúcha ZH**. [s.l.], p. 0-0. fev. 2018. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/02/deputado-federal-de-sc-joao-rodrigues-e-presos-pela-policia-federal-no-paraguai-cjdee8dgz04f101phdmz0889r.html>. Acesso em: 02 jul. 2023.

MAGALHÃES, João Marcelo Rego. Aspectos relevantes da lei anticorrupção empresarial brasileira (Lei nº 12.846/2013). **Revista Controle-Doutrina e Artigos**, v. 11, n. 2, p. 24-46, 2013. Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/227>. Acesso em: 27 jun. 2023.

MARCELINO Chiarello - PRESENTE. Realização de Central Única dos Trabalhadores - CUT SC. Música: Summer 78 (1). Florianópolis: Cut, 2013. P&B. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IB2oYe6NnEg&t=7s>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. **Biografia João Rodrigues**. 2022. Disponível em: [https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1036-Joao\\_Rodrigues](https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1036-Joao_Rodrigues). Acesso em: 09 de julho de 2023.

MIRANDA, Luiz Fernando. Unificando os conceitos de corrupção: uma abordagem através da nova metodologia dos conceitos. **Revista Brasileira de ciência política**, p. 237-272, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/VPBTRQmsPqT8KLqJJmcnqpn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MOREIRA, Marcelo Sevaybricker. **Corrupção, patrimonialismo e soberania popular: a atualidade de Raymundo Faoro**. a atualidade de Raymundo Faoro. 2018. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/224366819/Corrupcao-Patrimonialismo-e-Soberania-Popular-a-Atualidade-de-Raymundo-Faoro#>. Acesso em: 29 jun. 2023.

MYSKIW, Antonio Marcos. Uma breve história da formação da fronteira no Sul do Brasil. *In*: RADIN, José Carlos *et al* (orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. Cap. 3. p. 43-72. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/editora-uffs/repositorio-de-e-books/historia-da-fronteira-sul-pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022.

NOTÍCIAS. **MPF/SC processa ex-prefeito de Chapecó por superfaturamento em merenda escolar**. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis, 18 set. 2015. Disponível em: [investidura.com.br/noticias/228-mpf/332640-mpf-sc-processa-ex-prefeito-de-chapeco-por-superfaturamento-em-merenda-escolar](http://investidura.com.br/noticias/228-mpf/332640-mpf-sc-processa-ex-prefeito-de-chapeco-por-superfaturamento-em-merenda-escolar). Acesso em: 12 jun. 2023.

OLIVEIRA, Edson Adilio Malacarne de. **Sindicalismo e democracia: as controvérsias em torno dos processos eleitorais do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Carnes e Derivados de Chapecó (SITRACARNES) - 1988 a 2010**. 2017. 43 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2017. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2533>. Acesso em: 28 jun. 2023.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do Ceom: CEOM: 20 anos de histórias e memórias no oeste de Santa Catarina**, Chapecó, v. 23, n. 19, p. 149-187. 2014. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/141>. Acesso em: 28 out. 2020.

MYSKIW, Antonio Marcos. Uma breve história da formação da fronteira no Sul do Brasil. *In*: RADIN, José Carlos *et al* (orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016. Cap. 3. p. 43-72. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/editora-uffs/repositorio-de-e-books/historia-da-fronteira-sul-pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022.

ROMANO, Rogério Tadeu. **O novo coronelismo**. 2021. Jusbrasil. Disponível em: <https://rogeriotadeuromano.jusbrasil.com.br/artigos/1239966221/o-novo-coronelismo>. Acesso em: 12 jan. 2023.

SALLES, Alexandra. **Do coronelismo ao neo-coronelismo**: um estudo sobre a ascensão, a queda e o ressurgimento de Antônio Lorenzetti Filho. 2012. 100 p. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/88709>. Acesso em: 18 nov. 2022.

SILVEIRA, Daniel Barile da. Patrimonialismo e a formação do Estado Brasileiro: uma releitura do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Vianna. **CONPEDI-Conselho Nacional de Pós-graduação em Direito**, v. 1, p. 203-223, 2006. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/081.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. **Histórico de Eleições**: Sistema de Histórico de Eleições. Disponível em: [https://apps.tre-sc.jus.br/she/pages/consulta/cargo\\_listar.jsf](https://apps.tre-sc.jus.br/she/pages/consulta/cargo_listar.jsf). Acesso em: 09 jul. 2023.

UCZAI, Pedro. **Uma grande causa vale a vida**. Chapecó: Instituto Dom José Gomes, 2018. 215 p.